



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPGEDUC

Raimundo José Pedreira do Nascimento

**A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA REDE CAMMPI E
SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO IMPLEMENTADAS NA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE A PARTIR DE 1990**

Salvador – Bahia

2012
RAIMUNDO JOSÉ PEDREIRA DO NASCIMENTO

**A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA REDE CAMMPI E
SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO IMPLEMENTADAS NA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE A PARTIR DE 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador:
Prof. Eduardo José Fernandes Nunes
Co-Orientador
Prof. Avelar Luiz Bastos Mutim

Salvador – Bahia

2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

N244

Nascimento, Raimundo José Pedreira
A Dimensão Educativa da Participação social da Rede
CAMMI e sua influência nas Políticas de Habitação
implementadas na Península de Itapagipe a partir de 1990/
Raimundo José Pedreira Nascimento, Salvador.2015.
123 f.: il.

Orientador Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia
Faculdade de Educação Programa de Pós Graduação do
em Educação e Contemporaneidade

1 Educação Popular 2. Dimensão Educativa 3. Participação
Social 4. Políticas de Habitação. 5. Península de Itapagipe.

CDD 370.111

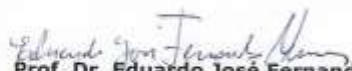
Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos,
desde que seja citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

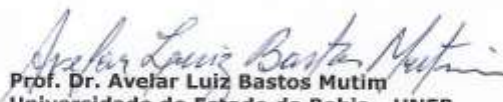
"A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA REDE CAMMPI NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO IMPLEMENTADAS NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE A PARTIR DE 1990"

RAIMUNDO JOSÉ PEDREIRA DO NASCIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 31 de outubro de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona.


Prof. Dra. Antonia dos Santos Garcia
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ, Brasil


Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

À minha mãe, Maria José Chagas Pedreira (in memoriam), que morando em palafitas nos ensinou a importância da Educação para a conquista da emancipação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais, responsáveis pela minha existência e resistência.

À minha família, que me deu régua e compasso para enfrentar as intempéries da vida.

Ao professor orientador, Dr. Eduardo José Fernandes Nunes e o Co-orientador Dr. Avelar Bastos Mutim que não hesitaram no acolhimento da nossa proposta de pesquisa e prontamente se dispuseram para orientar num difícil momento com um tempo muito restrito para conduzir a pesquisa.

Aos meus companheiros e companheiras de luta do Movimento Social de Itapagipe e da cidade.

Aos meus amigos de infância e aos novos amigos de caminhada.

Às organizações populares e movimentos sociais que compõem a Rede CAMMPI, pela rica contribuição para a realização deste trabalho.

Aos colegas de trabalho do Centro de Arte e Meio Ambiente e aos cooperados da CAMAPET.

À minha companheira, pela força e pela compreensão da importância deste trabalho.

À Coordenação da Linha três do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/PPGEDUC da Universidade do Estado da Bahia.

A todos e todas nós, caras pretas dessa cidade.

“O importante, porém, é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como ‘façanha da liberdade’. (...) apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está.

Se os sem-terra tivessem acreditado na ‘morte da história’, da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia do testemunho do amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um neobobismo que nada constrói; se tivessem acreditado na despolitização da política, embutida nos discursos que falam que o que vale hoje é ‘pouca conversa, menos política e só resultados’, se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para as suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada”.

(Freire, 2000, p. 60-61).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a dimensão educativa da participação social da Rede CAMMPI e sua influência nas políticas de habitação implementadas na península de Itapagipe a partir de 1990. Pretende-se também compreender como se organizam os atores sociais envolvidos e as ações educativas desenvolvidas. Foram utilizados os referenciais teóricos metodológicos, relacionados a Educação Popular e a Participação Social, cidadania e democracia, vistos como instrumentos de emancipação dos sujeitos e Gestão do Território e do Desenvolvimento. Para a realização da pesquisa foram utilizadas as técnicas, grupo Focal e uma adaptação da IAD (Institutional Analysis and Development). Também foram utilizadas a análise documental de fontes secundárias (teses, artigos e documentos produzidos pelo Poder Público e pela sociedade civil). A pesquisa procurou analisar a dimensão educativo implicada no processo dialético de ação, reflexão e ação. Aponta-se para contradições inerente ao processo educativo vivenciado em diferentes níveis de participação que resultam em diferentes graus de qualificação dos atores da rede CAMMPI no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de habitação desenvolvidas na península de Itapagipe, produzindo resultados importantes para a coletividade e a emancipação social.

Palavras-chaves: Dimensão Educativa, Participação social, Educação Popular, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present study has as objective to analyze the educational dimension of social participation of CAMMPI network and its influence on housing policies implemented in the Peninsula of Itapagipe from 1990. It is also intended to understand how they organize social actors involved and the educative actions developed. The theoretical frameworks were used methodological, related to the Popular Education and Social participation, citizenship used the techniques, Focal group and an adaptation of the IAD (Institutional Analysis and and democracy, seen as instruments of emancipation of the subjects and the management of the Territory and the development. For the realization of the research were Development). Were also used the documental analysis of secondary sources (theses, articles and documents produced by public authorities and by civil society). The research sought to analyze the educational dimension implicated in a dialectical process of action, reflection and action.

Points to the contradictions inherent in the educational process experienced at different levels of participation that result in different degrees of qualification of the actors of the network CAMMPI in monitoring and monitoring of public policies of housing developed in the Peninsula of Itapagipe, producing important results for the collectivity and the social emancipation.

Keywords: Educational dimension, social participation, Popular Education, development

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Grupo Focal, formado por membros da Rede CAMMPI	36
Quadro 2. Organizações Sociais e Instituições envolvidas no processo de Desenvolvimento local.....	54
Quadro 3. Ações Desenvolvidas pela Rede CAMMPI.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Atividades formativas da Rede CAMMPI	27
Figura 2. Atividade Formativa da Rede CAMMPI	28
Figura 3. Localização da área de estudo.....	41
Figura 4. Moradores de Alagados construindo uma palafita	43
Figura 5. Foto aérea de Itapagipe.	44 <u>3</u>
Figura 6. Enroladeiras na Empório [DCFH – Universidade Estadual de Feira de Santana].....	47 <u>6</u>
Figura 7. Oficina Formativa Rede CAMMPI	58 <u>7</u>
Figura 8. Área de Intervenção dos Programas Viver Melhor e Ribeira Azul.....	64
Figura 9. Habitações construídas em Alagados	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEAC – Associação Beneficente Arte e Cidadania

AMAI – Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe

APL – Arranjo Produtivo Local

AR – Administração Regional da Prefeitura - Itapagipe

ASCOSE – Associação de Costureiras de Itapagipe

AVSI – Associação Voluntária de Serviço da Itália

BAHIATURSA – Órgão Estadual de Turismo

CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente

CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe

CDR – Coordenadoria de Descentralização Regional

CEAMAC – Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CIAC – Coordenação de Informação e Atendimento ao Consumidor

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COONAP – Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção

CRA – Centro de Recursos Ambientais

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMTURSA – Empresa Municipal de Turismo de Salvador

FACTUR – Faculdade de Turismo da Bahia

FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira

GESPAR – Gestão Participativa

GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra

HBB – Habitar Brasil BIRD

IAD – Institutional Analysis and Development

LIMPURB – Empresa Baiana de Limpeza Urbana

NAI – Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe

NAI – Núcleo de Apoio

PNUD – Secretaria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

SESI – Serviço Social da Indústria

SESP – Secretaria Municipal de Serviços Públicos

SETRADES – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SPJ – Superintendência de Parques e Jardins

STP – Secretaria de Transporte Público

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

SUMAC – Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. EDUCAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL	20
1.1 Educação Popular	24
1.2 Dimensão Educativa da Participação	28
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	34
2.1 OBJETIVO, PERGUNTA DE PESQUISA	34
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	
3. CONHECENDO O AMBIENTE DA PESQUISA.....	40
3.1 ITAPAGIPE: PALCO DE LUTAS EMANCIPATÓRIAS.....	44
3.2 A REDE CAMMPI	49
3.2.1 Atores que compõem a Rede	521
3.2.2 Atores da Arena de Ação	53
3.2.3 Espaço Social de Interação da Rede CAMMPI.....	55
3.2.3.1 Assembleias	554
3.2.3.2 O Núcleo Gestor.....	56
3.2.3.3 Grupos de Trabalho.....	56
3.2.3.4 Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe	57
4. A DIMENSÃO EDUCATIVA DA PARTICIPAÇÃO DA REDE CAMMPI EM ITAPAGIPE	587
4.1 PROCESSO EDUCATIVO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	59
4.2 O OLHAR DA REDE SOBRE O RESULTADO DO PROCESSO EDUCATIVO E PARTICIPATIVO	75
4.3 O OLHAR EXTERNO SOBRE OS RESULTADOS DO PROCESSO EDUCATIVO E PARTICIPATIVO	80
5. CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

ANEXOS93

INTRODUÇÃO

As pontes e palafitas de Alagados foi o meu primeiro desafio, para compreender as desigualdades que a sociedade brasileira e, sobretudo a baiana impôs para seus filhos descendentes de africanos no Brasil, a minha infância nos alagados não trazia muitas esperanças, mas tínhamos muita fé, fé em dias melhores.

Entendendo a tarefa de contribuir com a construção de uma sociedade justa, na década de 80, início a minha trajetória no Movimento negro, Movimento de Cultura Popular (teatro amador e Cineclube), e movimento de bairros. Mas tarde, um grupo de jovens de Alagados resolve criar a Comissão de grupos Culturais de Alagados, cujo objetivo era discutir o direito das populações excluídas à cultura e à cidade.

A formação em Geografia e a Pós Graduação em Gerenciamento Ambiental, me deu instrumentos fundamentais que possibilitou enfrentar juntamente com a comunidade, projetos propostos pelo Poder Público, sem participação comunitária. Contribuindo também na proposição de alternativas tecnológicas para as áreas de habitação, infra-estrutura e meio ambiente.

Em 1996 juntamente com alguns militantes das causas sócio-ambientais, fundamos o Centro de Arte e Meio Ambiente CAMA, uma organização sócio-ambiental, comunitária, que surge com o papel de discutir a questão ambiental a partir dos desequilíbrios sociais e ambientais local e global. O CAMA tem um papel fundamental no processo de formação e manutenção da Rede CAMMPI.

As ações de intervenção do CAMA na península de Itapagipe culminou no processo de incubação da CAMAPET, cooperativa que tem 12 anos de existência e se consolida como uma experiência importante para o debate da economia solidária no Estado da Bahia, sendo uma fomentadora do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, uma rede de catadores de recicláveis.

Ainda tratando de experiências no campo do desenvolvimento local sustentável, destaco a passagem pela Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, – SEPROMI, 2007/2008 na Coordenação do Programa de Desenvolvimento Sustentável para às Comunidades Quilombolas da Bahia.

O Programa destinado à construção de Planos Territoriais e/ou de Comunidades Quilombolas envolvendo o Grupo Intersetorial para Quilombos composto pelas seguintes secretarias e órgãos estaduais (SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade, SESAB – Secretaria da Saúde, SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, SEAGRI – Secretaria da Agricultura através da CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário e da SUAF - Superintendência de Agricultura Familiar. Participam a FUNASA – Fundação Nacional da Saúde e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária pelo governo Federal.

Por fim, até o início de 2011 ocupei o cargo de Coordenador de Educação Ambiental do Instituto de Gestão das Águas e Clima INGA.

Acredito serem estas experiências que me credenciam a participar como aluno do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. São exatamente os princípios básicos deste programa que me motivou a entrada no mestrado, princípios como Democracia para a equidade social e a participação na formulação e avaliação de políticas públicas; Gestão social e local da intervenção educacional; Pluriculturalidade e multireferencialidade; Preservação da memória social e da educação; Dimensões experienciais da vida e da formação; A sustentabilidade na educação; A lógica hipertextual.

Já a escolha pela linha 3 do Programa reflete a minha trajetória acima, a busca por pesquisar experiências contemporâneas no campo da Educação, Gestão e Desenvolvimento.

O objetivo da pesquisa é analisar a dimensão educativa da participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas, dando enfoque às ações da Rede CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe nas políticas habitacionais implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no território a partir da década de 1990.

A Cidade de Salvador foi fundada em 29 de março de 1549, constituiu-se num dos primeiros centros urbanos do Brasil e da América Latina. Na atualidade é a terceira maior capital em população do país, tendo atingido cerca de 2,5 milhões de habitantes, no final do século XX.

Foi durante três séculos, a aglomeração urbana mais importante e mais populosa do Brasil, o seu porto era o principal do país. Em consequência do deslocamento para o sul do eixo da economia brasileira, perdeu o posto que tinha.

Salvador é uma cidade de colinas, uma cidade peninsular, uma cidade de praia, uma cidade que avança para o mar com as palafitas e as invasões de Itapagipe, cidade de dois andares, como é frequente dizer-se, pois o centro se divide em uma Cidade Alta e uma Cidade Baixa.

O território da península de Itapagipe está situado no Município de Salvador, Região Administrativa, é composto por 14 bairros e se caracteriza como uma localidade com baixo nível de urbanização, áreas com moradias precárias, inclusive palafitas, resultado de um processo de ocupação informal que dura cerca de meio século.

Esta dissertação tem como foco a análise da dimensão educativa da participação social de coletivos organizados em rede (Rede CAMMPI), tendo como referência a transformação social na perspectiva da pedagogia da libertação proposta por Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido.

Itapagipe foi ao longo da sua história um palco permanente de lutas por participação popular para construção da cidadania e da democracia do povo de Salvador. Destaco aqui duas passagens importantes: o primeiro fato histórico deu-se no período colonial com a Revolta dos Malês, em 1835, em que um dos grupos formados por homens e mulheres negras se organizou a partir de Itapagipe para a tomada da cidade com vistas à libertação dos descendentes de africanos escravizados.

O segundo fato histórico foi a organização dos operários a partir da década de 50, quando da implantação no território de Itapagipe da primeira Zona Industrial do Estado da Bahia.

Por fim, o território abrigou a maior favela de palafitas do Brasil, “Alagados”, resultado do processo de industrialização e posteriormente da abertura das avenidas de vale de Salvador. Esse caldo impulsionou a criação de dezenas de organizações populares (associações) com a finalidade de formar e organizar os moradores com vistas à luta por melhoria da qualidade de vida, para conquistar saneamento, moradia e educação.

Resultado das lutas das organizações locais, a Rede CAMMPI constituiu-se na década de 90 a partir de um Programa de Desenvolvimento Local implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, composta inicialmente por 48 organizações locais de diversos segmentos (Associações de Moradores, Grupos Produtivos, Grupos Artísticos e Culturais, Organização de Mulheres, Organizações do Movimento Negro, Organização da área Ambiental).

O Programa estava baseado na aplicação da metodologia Gespar (Gestão Participativa). Com o Programa de Desenvolvimento Local implementado pelo PNUD, formou-se a Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe), em busca de alternativas para o desenvolvimento local, atendo-se às áreas de habitação e qualidade de vida, meio ambiente, cultura, turismo, segurança e oportunidades de geração de trabalho e renda, tendo como referencial o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, elaborado pela rede.

Para compreender a complexidade da vida na cidade, tomamos o exemplo da península de Itapagipe e as reflexões de Milton Santos quando analisa as consequências da modernidade.

Conforme Santos (1996, p. 258):

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializaram. Mas há lugares simples e lugares globais complexos. Nos primeiros alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que representam as lógicas hegemônicas, até os que a ela se opõem.

As lógicas hegemônicas sinalizadas por Milton Santos permitem afirmar que o modelo de desenvolvimento em curso é o responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais no mundo e em especial nas grandes cidades, daí a necessidade de buscar alternativas coletivas capazes de enfrentar o poder hegemônico instalado nas cidades. Com isso, os movimentos sociais têm um papel importante na luta por políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades produzidas nas grandes cidades.

O objetivo da pesquisa é analisar a dimensão educativa da participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas, dando enfoque às ações da Rede CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da

Península de Itapagipe nas políticas habitacionais implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no território a partir da década de 1990.

A escolha recaiu sobre a política habitacional implementada em Itapagipe a partir da década de 90, porque parte este território da cidade do Salvador se constituiu, a partir da década de cinquenta, como a maior favela de palafitas do Brasil (Alagados), constituindo-se num problema habitacional de grande impacto amplamente divulgado no Brasil e no mundo.

Segundo, em função das lutas travada pela população local por infraestrutura saneamento e habitação, onde houve uma maior intervenção da Rede CAMMPI (GT de Habitação), nos projetos habitacionais implementados em Itapagipe.

A pesquisa pretendeu caracterizar a dimensão educativa da participação dos sujeitos que fazem parte da Rede CAMMPI e como esta influenciou as políticas públicas de habitação implementadas na península de Itapagipe a partir da década de 90, quando teve início a sua formação.

A dissertação resultante da pesquisa foi estruturado em cinco capítulos: o primeiro trata das teorias aplicadas ao Desenvolvimento Local, que dialoga com conceitos de Desenvolvimento Local, Educação Popular e Participação; o segundo apresenta os objetivos e pressupostos e metodologia de pesquisa; o terceiro traz uma contextualização do campo de investigação empírica, o quarto é reservado para análise das ações da Rede CAMMPI e sua influência na política de habitação implementada na península de Itapagipe, procurando caracterizar a Dimensão Educativa da Rede Cammpi em Itapagipe, enfocando o Processo Educativo da Participação Popular e o Olhar da Rede Sobre o Resultado do Processo Educativo e Participativo, bem como o Olhar Externo Sobre os Resultados do Processo Educativo e Participativo. O quinto capítulo apresenta as Conclusões da pesquisa.

1. EDUCAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL

Por território entende-se regularmente a extensão apropriada e usada, mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer, aquilo que nos pertence... Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos homens (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

Para iniciar o debate sobre Território e Desenvolvimento, em destaque acima o pensamento de Santos e Silveira (2001) em relação ao conceito de território e territorialidade. Este conceito reafirma o nosso pensamento sobre a área em foco nessa pesquisa, as identidades locais e a Rede como elemento fundamental no enfrentamento dos problemas infraestruturais e políticos do território, mas com o olho no futuro, na certeza de que as lutas produzirão melhores dias.

Compreendemos território como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas. O desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2000).

É com o espírito apresentado por Santos e Silveira (2001) e Zapata sobre as questões referentes ao território e desenvolvimento que buscamos apresentar o esforço que os diversos pesquisadores contemporâneos têm feito para formular conceitos que deem conta de buscar explicação para o chamado desenvolvimento local.

Na oportunidade apresentamos alguns pesquisadores que nas suas formulações e contradições contribuem para o aprofundamento do tema, além de ajudar o debate apresentado nesta tese.

Silveira (2001) afirma que o desenvolvimento local é uma resposta que, tendo sua emergência associada a um contexto de globalização, reestruturação e crise do padrão de desenvolvimento, se insere no âmago das disputas em torno de alternativas e caminhos. A mudança de perspectiva e a busca por alternativas via desenvolvimento local está sustentada sobre alguns pressupostos.

Primeiramente, a ideia de desenvolvimento local é reforçada quando se tem como pressuposto que “as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares” (SILVEIRA, 2001, p. 31). Ou seja, trata-se de um processo endógeno. Em segundo lugar, o desenvolvimento local pressupõe que “as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento” (ZAPATA *et al.*, 2001, p. 116).

Zapata (2000) diz que o conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Segundo a pesquisadora, as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local se propõem a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios.

Zapata destaca também que o conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade é essencial para a compreensão do desenvolvimento local endógeno. Assim, contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente (ZAPATA, 2000).

Ainda enriquecendo o debate sobre a questão do desenvolvimento, o autor abaixo destaca que:

De um modo geral, o termo desenvolvimento local designa “um conjunto variado de práticas e de perspectivas e permite evidenciar questionamentos quanto ao sentido ou sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e aos atores e espaços de gestão deste” (MOURA, 1998, p. 38).

Diversos são os olhares dos autores acerca do debate sobre desenvolvimento local, porém Silveira (2001, p. 32) identifica elementos comuns nas formulações e iniciativas em torno do desenvolvimento local, dentre os quais destaca: ênfase na cooperação emancipadora e na aprendizagem (formação de capital social e humano); o foco nos microempreendimentos e seus suportes (microcrédito, capacitação, integração a cadeias produtivas); a gestação de novos arranjos socioprodutivos ancorados no território; a articulação intersetorial de políticas públicas; a constituição de esferas decisórias com participação direta de atores sociais; e, mais amplamente, a perspectiva do protagonismo local.

É no conceito apresentado por Zapata (2000) que está assentado o modelo de desenvolvimento local implantado na península de Itapagipe, pois foi a referência de implantação da Metodologia GESPAR (Gestão Participativa), implementada a partir de finais da década de 90, através do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O artigo produzido por *João Guilherme Rocha Machado e João Batista Pamplona*, intitulado “CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PNUD NO BRASIL SEGUNDO SUA ESTRATÉGIA E FORMA DE ATUAÇÃO”, traz elementos importantes referentes às formas de atuação do PNUD no Brasil. Os autores afirmam que “De acordo com o Relatório Sintético de Atividades do PNUD no Brasil: 1960-2002” (PNUD, 2006, p. 1), o PNUD trabalha em parceria com o Brasil há mais de 40 anos, mudando seu perfil de atuação de acordo com as demandas do país. Neste sentido, em um contexto de industrialização acelerada, o Programa nas décadas de 1960 e 1970 apoiou o país nos setores de infraestrutura básica e de alta tecnologia. Já a partir dos anos 1980, o modelo de assistência técnica foi substituído pelo de cooperação técnica, atribuindo aos governos maior responsabilidade na execução e no controle dos projetos. O Programa passou a gerir projetos e a trabalhar com novos tipos de parceiros, como ONGs e agências regionais de desenvolvimento.

Ainda segundo os autores:

No início dos anos 1990, o PNUD formulou e passou a adotar o desenvolvimento humano sustentável como paradigma de atuação. No Brasil, o IDH foi utilizado como instrumento na definição de metas e prioridades do governo. No final da década de 1990 o Programa sofisticou suas redes de conhecimento de forma a conectar experiências de todo o mundo. O PNUD reforçou ainda seu papel de “catalisador”, passando a realizar acordos não só com o Governo Federal, mas também com Estados, Municípios, Agências Reguladoras, setor privado e ONGs. Foram lançados ainda dois relatórios nacionais de desenvolvimento humano em 1996.

De acordo com Klingebiel (1999, p. 150), nas décadas seguintes houve diversos estudos e propostas de reforma, com variados graus de influência no Programa. Houve, ainda, diversas mudanças de políticas e estratégias, como o aumento na utilização de recursos não regulares em suas iniciativas e também a utilização da execução nacional nos projetos e programas coordenados pelo PNUD. Além disso, na década de 1990 houve uma mudança importante, pelo menos no nível conceitual, pois, no início daquela década, houve o lançamento dos Relatórios de Desenvolvimento Humano e a consequente propagação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, de forma mais abrangente, o próprio paradigma de desenvolvimento humano. A esse paradigma foi rapidamente agregada a noção de sustentabilidade, dando forma, assim, ao paradigma de desenvolvimento humano sustentável que passou a ser assumido como norteador de suas ações a partir da década de 1990. Assim, a missão do PNUD passou a ser definida justamente em ajudar os países em seus esforços para alcançar o desenvolvimento humano sustentável.

Em meio a este debate sobre o PNUD no Brasil e o foco no desenvolvimento, cabe destacar neste mesmo período a intervenção do Banco Mundial na política educacional brasileira. Uma reflexão trazida por Coraggio menciona que devido ao fato de o Banco Mundial ser composto primordialmente por economistas e não educadores o objetivo final seja a eficiência econômica, a liberdade de mercados e a globalização do capital, com o qual um dos resultados é a supervalorização das medidas quantitativas do “êxito de uma política”.

Torres destaca que outro elemento central é a contemplação das teorias aceitas por organismos como o Banco Mundial para o planejamento educacional – por exemplo as diferentes versões da teoria do capital humano,

Tommasi afirma que o interesse pelas ações do Banco Mundial no setor educacional se justifica pela influência crescente que este organismo vem tendo

sobre a definição das políticas educativas nos países em desenvolvimento. Continua dizendo que o Banco Mundial considera a educação como um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza.

Nunes (2007) enfatiza que no último quarto do século XX, quando as fórmulas desenvolvimentistas fracassaram e o mundo parecia não ter outra saída a não ser o caos, eis que ressurgiu com nova roupagem e com muita força através dos novos movimentos sociais e intelectuais uma proposta alternativa de desenvolvimento. Boaventura de Sousa Santos (2002) assinala que a prática cooperativista moderna é muito antiga, surgiu em 1826 na Inglaterra. O cooperativismo e as ideias de solidariedade e de autogestão têm suas origens nos movimentos sociais e se desenvolvem através dos pensadores que vivenciaram o surgimento da sociedade industrial nascente no século XIX, propondo formas de organização social mais justas que as da sociedade capitalista. Entre esses pensadores podem-se destacar Owen, Fourier, Proudhon, Bakunin, entre outros. Essas ideias influenciaram movimentos sociais e sociedades em todo o mundo ao longo do século XX.

Conforme posicionamentos acima destacados, podemos concluir, então, que as ações dos organismos internacionais nos países do Sul, com foco no desenvolvimento humano ou de capacidades, têm a função primordial de garantia dos empréstimos pelos bancos internacionais, reforçando a globalização do capital. Portanto, a escolha de Itapagipe para implementação do Programa de Desenvolvimento Local tem profunda relação com o IDH da região, conforme características apresentadas na introdução, e como piloto para implantação em outras partes do Brasil.

1.1 Educação Popular

Educação Popular e participação são temas bastante caros para educadores e militantes. Portanto, dialogamos com Freire e Saviani na perspectiva de aprofundamento do tema proposto.

O que define a escolha de Freire como referencial para esta pesquisa são as propostas apresentadas na Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Libertação. As pedagogias estão intimamente ligadas à visão marxista do mundo subdesenvolvido compostas por uma classe oprimida na tentativa de emancipá-las.

Define Educação Popular como uma educação das classes populares, uma educação libertadora ou educação como prática de liberdade, uma vez que ela, embora esteja sustentada em grandes lineamentos, se faz e refaz continuamente, na experiência dos indivíduos e coletivos que a fazem. Não qualquer indivíduo e nem qualquer coletivo, mas os oprimidos e os que com eles se comprometem na perspectiva de transformação social. Não qualquer transformação, mas a transformação radical da sociedade (FREIRE,1995).

É nesta reflexão, apresentada por Freire, que anima o debate da pesquisa, que tem como foco uma educação capaz de libertar indivíduos coletivos organizados em rede (Rede CAMMPI), numa perspectiva de transformação social tendo em vista a libertação dos oprimidos.

A construção de um aprendizado cotidiano em rede com foco territorial possibilita a afirmação de uma educação não bancária, mas, como aponta Freire, uma ação Cultural de Liberdade.

É a Educação Popular como prática da liberdade que se contrapõe a educação bancária. Ela se concretiza como Ação Cultural da Liberdade. É ação realizada com eles: no processo de organização comunitária/coletiva e política do povo, mas também na escola, embora aí seja muito mais difícil, dada a uma das dimensões hegemônicas do papel da escola formal, que é o de formar visões sociais de mundo aderentes ao projeto do capital (FREIRE,1995).

Para esta concepção de educação das classes populares, segundo Freire (1995):

[...] a prática educativa é gnosiológica, política, ética e estética. O papel do educador é de, junto com o educando, partear a criticidade. É assim que a educação contribui para elucidação da realidade e para o engajamento transformador para ação política.

É baseada na Educação Popular como prática libertadora, emprestada de Freire, herdada da prática das Comunidades Eclesiais de Base, que organizações que têm um papel importante na animação da Rede CAMMPI vêm utilizando como prática educativa nas ações individuais e coletivas, acreditando na capacidade de emancipação dos indivíduos em associação.

O sistema do capital continua cada vez mais avassalador. Os oprimidos, classes populares, estão aí... O que hegemoniza na escola e na sociedade é uma concepção de educação como mercadoria/teoria do capital humano,

que é centrada, quase que exclusivamente, na busca individual de um lugar no mercado de trabalho. O que se vê, no campo e na cidade, são pessoas vivendo e tendo que ser em condições absolutamente desumanas (FREIRE, 1995).

De acordo com Freire (1995), sua luta contra o capitalismo se funda na sua perversidade intrínseca e na sua natureza antissolidária. Quer dizer, a ordem social injusta é a fonte de opressão. Os oprimidos são, para o autor, os condenados da terra, os esfarrapados do mundo, as classes populares, os sem dinheiro, sem poder, sem trabalho, sem terra, com trabalho precarizado.

Ainda para contribuir com o debate sobre Educação Popular, destacamos o papel de Saviani ao enfatizar que o compromisso político que requer o contributo da prática educativa se refere à superação do quadro de desintegração cultural brasileira identificada por Saviani ao final da década de 1970, quando observou a existência de diferentes graus de participação dos grupos (sociais) no usufruto dos bens culturais – o que era uma conquista de toda a sociedade vinha sendo acessada por apenas uma pequena fração dela. Fato reconhecido até os dias de hoje, fazendo com que se defenda que "é preciso reconhecer a importância de se lutar pela apropriação da cultura produzida historicamente, pois constitui direito do trabalhador ao consumo de algo que é produzido sempre à custa de seus esforços, nesta e em todas as gerações" (PARO, 2001, p. 133).

As reflexões acima colocadas afirmam o pensamento, defendido por Dermeval Saviani, de garantir às populações, principalmente dos grandes centros, o acesso ao saber escolar. Isso em um tempo marcado pelo altos índices de analfabetismo, semianalfabetismo e muitas dificuldades de acesso e permanência na escola, num Brasil em processo de urbanização e crescimento industrial intensos no Eixo Rio-São Paulo, com grande parcela da população necessitando organizar-se para exigir do poder público direitos básicos como educação, moradia, saneamento e segurança, dentre outros, incluindo a participação política, ou seja, direitos políticos, enfim, a democratização da sociedade.

Segundo Saviani, à educação caberia desempenhar, então:

"[...] o papel de reforçamento dos laços sociais, na medida em que for capaz de sistematizar a tendência à inovação", o que só seria possível "voltando-se para as formas de convivência que se desenvolvem no seio dos diversos grupos sociais estimulando-os na sua originalidade e promovendo o intercâmbio entre eles" (SAVIANI, 1983, p. 131). (O termo inovação designa mudança, novidade).

É no espírito apresentado pelos dois autores (Freire e Saviani), ao discutirem Educação Popular e o papel do debate político na Educação, que se reafirma a importância do objeto da pesquisa, pois, ao longo de 13 anos, organizações da península experimentam um processo político, educativo, não bancário, cotidiano em busca do Desenvolvimento Local.



Figura 1. Atividades formativas da Rede CAMMPI
Fonte: Foto Arquivo Rede CAMMPI, 2006.

Cabe aqui destacar a Figura 2, acima, que retrata uma das ações formativas desenvolvida pela Rede CAMMPI, no ano de 2006, cuja finalidade foi repensar a prática da rede e apontar novas perspectivas.

No cotidiano da Rede CAMMPI a prática da ação, reflexão e ação, realizada através das ações de planejamento, seminários, oficinas, encontros e Fóruns, se efetiva na metodologia aplicada à Rede, cuja finalidade é a emancipação política coletiva (das associações) e individual (dos membros efetivos da rede).

O debate apresentado acima sobre Desenvolvimento Local, construído na perspectiva emancipatória, dialoga com a concepção trabalhada por Zapata (2000), quando dá foco à cooperação emancipadora e à aprendizagem, e com as reflexões sobre Educação Popular referenciada por Freire e Saviani.

1.2. Dimensão educativa da participação



Figura 2. Atividade Formativa da Rede CAMMPI
Fonte: Foto Arquivo Rede CAMMPI, 2006.

Iniciamos este tema apresentando duas experiências históricas importantes de organização de sociedades cuja participação política e democrática foram fundamentais na sua constituição.

A nossa Constituição Federal (1988), a Constituição Cidadã, foi a mais democrática e popular na história brasileira, cuja participação do movimento social brasileiro foi importantíssima no debate referente à democracia e à participação política dos cidadãos. No seu artigo primeiro, determina que “Todo Poder emana do povo e Em Seu Nome será exercido”. A participação política é entendida como tomar parte de algo público, da coisa pública. Nisso, creio, todos concordam.

Entretanto as divergências começam quando se passa a discutir qual o sentido e as formas que esse tomar parte assume (NASCIMENTO, 2008).

A segunda experiência sobre Participação ocorrida no século XVII, no espaço geográfico compreendido entre a margem norte do rio São Francisco, em Alagoas, e as proximidades do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, foi a República dos Palmares. Organizada de maneira democrática, Palmares tinha uma população de negros, índios, brancos e mestiços que chegou a reunir dezenas de milhares de pessoas, organizada em vilas e com produção própria de alimentos e bens de consumo.

A simples existência da República dos Palmares ameaçava a ordem colonial vigente e o regime de propriedade de terras e, por isso, durante todo o século XVII, foram feitas diversas expedições à região em que se localizava Palmares com o objetivo de exterminar o que era qualificado pelo poder colonial como um “agrupamento rebelde” (PAULA, 2007).

As experiências acima citadas indicam que vários são os autores que tratam estes temas da participação e da democracia. Podemos aqui sinalizar teorias como: a teoria Elitista, defendida por Schumpeter e Dahl, na qual a participação tem a função de legitimação das decisões tomadas pela elite política. Cabe ao povo escolher as elites políticas. Só a elite governante é capaz de decidir sobre a coisa pública, de saber o que é melhor para a sociedade, na medida em que é culta, preparada e interessada nos assuntos da coletividade.

Ao discutir a questão da participação e democracia podemos destacar duas perspectivas para o debate: uma de caráter utilitarista, enquanto a outra discute a participação cidadã.

Com o neoliberalismo dos anos 80 a concepção de participação utilitarista toma força e é difundida pelos organismos multilaterais, que passaram a demandar a participação popular como forma de envolver segmentos dominados da população em seus programas e projetos.

Segundo Teixeira (2001) e Sanches (2004), a promoção da participação cidadã surge a partir de uma cidadania nova, mais informada, reflexiva, que reivindica mais espaço nos processos de tomada de decisões, afastando os velhos formatos rígidos como são os partidos políticos e buscando, ao mesmo tempo, espaços horizontais e democráticos de enfrentamento da questão social. Essa nova

cidadania exerce participação gerando “lugares” participativos no processo de definição de problemas na elaboração de agendas políticas, na tomada de decisões e, até mesmo, na gestão dos serviços públicos. Suas práticas, com maior repercussão, tiveram lugar no local, pois a escala, neste espaço, é menor, aproximando mais movimento e governo.

É nesta lógica de participação cidadã que as organizações da Rede CAMMPI tomaram para si a responsabilidade de construir um processo educativo e emancipatório tendo a participação como elemento fundamental para a libertação dos oprimidos.

Segundo Dagnino (2004, p. 95), a implantação em âmbito global do projeto neoliberal trouxe profundas consequências para as sociedades latino-americanas. O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cuja raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos políticos distintos. De um lado, o processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002, p. 95).

O marco formal deste processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais que desempenharam um papel fundamental.

No percurso desse projeto, desde então, dois marcos importantes devem ser mencionados: o restabelecimento da democracia formal, com eleições livres, e a reorganização partidária, que abriu a possibilidade de que este projeto, configurado no interior da sociedade e que orientou a prática de vários dos seus setores, pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, no nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e, mais recentemente, no Executivo Federal, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República.

Entre os espaços implementados durante este período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os orçamentos

participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores.

De outro lado, com a eleição de Collor, em 1989, e como parte da estratégia do Estado para implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e de sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é, então, que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos (DAGNINO, 2004, p. 96).

É em meio a esta confluência perversa entre esses dois projetos que surge a Rede CAMMPI. Por um lado, pelo projeto neoliberal implementado pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD, em 1998, que introduziu um processo de Desenvolvimento Local em diversas partes do mundo, sobretudo nos países do Sul, o exemplo de Itapagipe e, do outro lado, a conquista da comunidade e do movimento social brasileiro com a vitória de Lula à presidência da República, trazendo como perspectiva para a sociedade um modelo capaz de permitir a participação da sociedade nas decisões do país. Além das Conferências, foi a partir de 2003 que foram criadas as Secretárias Nacionais, com status de Ministério, voltadas para as políticas de Promoção da Igualdade, resultado da luta do Movimento Negro Brasileiro, a de Políticas para as Mulheres, também resultado dos Movimentos Feministas, questões até então não enfrentadas pelos governos, e a Secretária Nacional de Economia Solidária, com a finalidade de instituir um espaço de formulação e implementação de políticas de fortalecimento do setor.

Ao definir Movimento Social como “lugar” de conflito e de Projeto Cultural, Touraine torna-se um dos precursores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, corrente que, assim como a Teoria da Mobilização de Recursos, avança e rompe com o paradigma clássico, de origem marxista, pelo qual o movimento social é a designação do movimento operário, ou melhor, é a representação da organização racional da classe trabalhadora em Sindicatos e Partidos Políticos (SHERER-WAREM, 2005).

Gohn (2007) define movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muitos dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou como o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2007, p. 13).

Ainda segundo Gohn (2007, p. 13), cumpre registrar também que, a partir dos anos 90, alguns movimentos se articulam com as novas formas institucionalizadas de participação social presentes nos inúmeros conselhos, especialmente os conselhos gestores, os conselhos de representantes municipais, os conselhos do orçamento participativo etc.

É no calor desse debate sobre as novas identidades que surge em Itapagipe a Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe) com a finalidade de agregar as diversas organizações locais, com foco direcionado para o desenvolvimento local, dialogando com as reivindicações de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia e também com as novas identidades, conforme pontua Gohn (2007).

As principais lutas travadas em Salvador nas décadas de 70 e 80 estiveram relacionadas ao direito à moradia (com a frequente ocorrência de ocupação de terras), à questão de infraestrutura e serviços. Como no restante do país, travava-se um movimento reivindicatório, com ações diretas de contraposição à política do Estado (NASCIMENTO, 2008).

Pode-se destacar que uma parte significativa das organizações que compõem a rede CAMMPI foi forjada nas lutas por moradia a partir da década de 50, viveu as mudanças ocorridas na década de 60, com o advento do golpe militar em 1964, viveu a abertura política nas décadas de 70 e 80 e se renovam a partir da criação da rede em finais dos anos 90.

Esses fatos nos levam a concordar com Gohn (2007), quando afirma que na realidade histórica os movimentos sempre existiram e que sempre existirão. Isso porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. As experiências de que são portadores não advêm de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial a criar uma memória, que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência se recria cotidianamente na adversidade de situações que enfrentam.

Também concordamos com as antigas análises de Touraine (1996) quando afirmou que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que os oprime e fontes revitalizadas para construção do novo. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos”, porém não podemos ignorar que existem tipos de movimentos sociais conservadores, muitos deles fundamentados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais etc. Estes tipos não querem as mudanças sociais emancipatórias, mas impor as mudanças segundo seus interesses particularistas, pela força, utilizando a violência como estratégia principal em suas ações.

Já Nunes (2007) evidencia que, mais recentemente, o Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001, mostrou que um outro modelo de sociedade é possível. Autores como B. de Sousa Santos, N. Chomsky e P. Singer assinalaram a importância dos movimentos sociais na construção de uma economia alternativa.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO, PERGUNDA DE PESQUISA

O objetivo da pesquisa é analisar a dimensão educativa da participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas, dando enfoque às ações da Rede CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe nas políticas habitacionais implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no território a partir da década de 1990.

PERGUNTA DE PESQUISA

Para responder às questões acima citadas a pergunta abaixo será fundamental para nortear esta pesquisa:

Em que medida é possível caracterizar a dimensão educativa da participação dos sujeitos que fazem parte da Rede CAMMPI e como esta influenciou as políticas públicas de habitação implementadas na Península de Itapagipe a partir da década de 90, quando teve início a sua formação.

HIPÓTESE

A Dimensão Educativa da Participação dos sujeitos sociais que fazem parte da Rede CAMMPI é evidenciada através das ações de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de habitação desenvolvidas na península de Itapagipe

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para dar conta da construção da pesquisa foram utilizadas duas técnicas, a primeira a de grupo Focal e a segunda a IAD (Institutional Analysis and Development). Também foram utilizadas fontes secundárias (teses, artigos e documentos produzidos pelo Poder Público e pela sociedade civil).

A técnica de Grupo Focal é um instrumento utilizado na pesquisa para o levantamento de informações capazes de dar respostas sobre o objeto da pesquisa apresentado.

Segundo Gatti (2005, p. 9), ao se fazer uso da técnica do Grupo Focal “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”. Daí a importância de utilizar essa técnica na pesquisa. Sendo os sujeitos artífices da história, sofrendo influência do meio social, mister se faz desvelar este “como” e “porquê” pensam, na busca de novas compreensões, de novo “olhar” no caleidoscópio da ciência, que apresenta para nós sempre novas possibilidades e até mesmo com surpresas.

A escolha da técnica de Grupo Focal neste estudo deu-se em função da característica do objeto pesquisado e em função dos objetivos da pesquisa, pois esta técnica possibilita o fomento à reflexão, com base na vivência dos membros do grupo, garantindo reunir uma quantidade significativa de informações importantes com detalhamento e profundidade em um curto tempo.

O Grupo Focal da pesquisa foi constituído por 10 pessoas, membros da Rede CAMMPI, do Poder Público da Sociedade Civil e de Agentes de Divulgação do Programa Ribeira Azul (ver quadro abaixo). A escolha dos membros do Grupo Focal constituído deu-se a partir do nível de atuação no processo de desenvolvimento em curso e em função da relação com a rede CAMMPI.

Nome	Instituição	Função
Ana Rosa	GRUCON	GT Trabalho e Renda
Ana Paula	CONDER	Técnica do Programa
Carlos Eduardo Dias	CAMMPI/AMCSL	GT Trabalho e Renda
Gilcinea Barbosa	CAMMPI /CAMA	GT de Habitação CAMMPI
Ivonildes	Operadora Social CAMMPI	Técnica da Operadora Social
Maria de Lourdes	CAMMPI/AMCSL	GT Habitação CAMMPI
Macial	CAMMPI/GRUCON/ADP	Agente de divulgação do Programa ADP
Reginaldo Souza	CAMMPI/ABDAI	GT de Habitação
Rita Amália	Universidade Católica	Acompanhamento Técnico
Sonia Ribeiro	Operadora Social CAMMPI	Técnica da Operadora Social
Wanderley Santos	CAMMPI/GT de Cultura	GT C

Quadro 1. Grupo Focal, formado por membros da Rede CAMMPI

Fonte: O autor

O Grupo Focal se reuniu no dia 6 de junho de 2012, na Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia (entidade membro da Rede CAMMPI), e teve como ponto de partida a introdução ao assunto, propondo, no início dos trabalhos, algumas questões:

1. Quais foram os programas habitacionais que tiveram intervenções no território de Itapagipe a partir de 1990?
2. Quais os impactos desses programas no território?
3. Qual o nível de participação comunitária na definição das diretrizes do programa?
4. Identificar as estratégias desenvolvidas pela rede para garantir a participação.
5. Entraves/dificuldades encontradas pela rede no processo de implementação dos programas.
6. Identificar os impactos da intervenção da Rede CAMMPI nos Programas (Resultados).

A partir da aplicação desta técnica/método foram levantadas informações relevantes para esta pesquisa, que se encontra no capítulo destinado à análise do objeto pesquisado.

A escolha do IAD como uma ferramenta organizacional que combina abordagens centradas nos atores e nas instituições, podendo ser utilizada para

desenvolver programas de pesquisa em problemas nos quais os indivíduos se encontram em situações afetadas por uma combinação de fatores derivados de um mundo físico, um mundo cultural, e um conjunto de regras – como é o caso dos recursos de uso comum. A IAD é uma estrutura que ajuda a pensar sobre diversas teorias e sua potencial utilidade em abordar questões de relevância dentro do tema pesquisado. Seu objetivo é identificar as principais variáveis existentes nos arranjos institucionais, de modo a fornecer uma ferramenta para a análise teórica e empírica (BRAVO, 2002; DENTERS & KLOK, 2001; OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994).

Esta ferramenta propõe investigar como os *atributos do mundo físico*, os *atributos da comunidade* e as *regras em uso* (normas e valores) afetam o comportamento dos atores e os resultados de uma dada organização (BRAVO, 2002; OSTROM, GARDNER e WALKER, 1994). No caso desta pesquisa, a IAD nos ajuda a investigar de que forma, dentro do histórico da organização, as questões que interferem nas políticas de habitação implementadas na Península de Itapagipe, as características do contexto social e as normas e valores presentes nesse contexto afetam a organização estudada.

A estrutura IAD centra-se em uma unidade conceitual, que é a *arena de ação* (*action arena*), em que *atores* interagem em um espaço social denominado *situação de ação*. As características dos atores e da situação de ação definem a arena, enquanto que as atividades, intercâmbios e interações entre os indivíduos dentro da arena produzem os *resultados* do arranjo institucional (BRAVO, 2002; DENTERS & KLOK, 2001; OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994). A *arena de ação* é, portanto, a unidade central de análise da IAD, constituindo-se como foco da análise e explicação das relações sociais, ações e resultados.

As *situações de ação* “[...] referem-se ao espaço social onde os indivíduos interagem, trocam bens e serviços, se engajam em atividades de apropriação e provisão”. Segundo Bravo (2002), a estrutura IAD foi originada com o trabalho de Ostrom e Kiser (1982), e depois desenvolvida nos anos seguintes por Ostrom (1988; 1999) e Ostrom, Gardner e Walker (1994).

As características dos *atores* (os quais podem ser tanto individuais como coletivos) que ajudariam a prever ou compreender seu comportamento seriam os recursos que cada ator traz para a situação, suas avaliações de preferências em

relação a potenciais ações e resultados, suas formas de adquirir, processar e reter conhecimento e informação; e os processos de seleção de cada um deles em cada situação (BRAVO, 2002; OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994).

No caso desta pesquisa estas categorias seriam representadas da forma como segue:

– a *arena de ação* seria definida como a Rede CAMMPI; – os *atores* são as organizações que compõem a rede; – as *situações de ação* seriam ações estratégicas desenvolvidas pela rede – com todos os membros ou com parte deles – onde são tomadas decisões, elaborados Programas e Projetos, realizadas eleições etc.; – os *resultados* são as decisões tomadas pela Rede CAMMPI, assim como as ações, Programas e Projetos implementados por esta organização, ou para os quais esta tenha contribuído.

Ostrom, Gardner & Walker (1994), observam que a arena de ação não se situa em um “vácuo analítico”, mas sim faz parte de um contexto institucional que é a sociedade. Neste sentido devem ser considerados os fatores externos que afetam a estrutura e as variáveis das arenas de ação, os quais são distinguidos pelos autores em três classes:

1. os *atributos do mundo físico*;
2. os *atributos da comunidade*; e
3. as *regras* usadas pelos indivíduos para ordenar suas relações.

Os *atributos do mundo físico* referem-se às características do recurso e todos os aspectos materiais que são relevantes para dar forma às possibilidades práticas de ação dos atores e aos possíveis resultados. Estes atributos também afetam o conhecimento e a informação que os atores possuem sobre o recurso. Embora sejam externos à comunidade daqueles que se apropriam de um recurso, representam um pano de fundo fundamental para a estruturação da situação de ação. Um aspecto básico dos atributos do mundo físico é o efeito que eles têm sobre outros fatores, especialmente nas regras usadas pelos apropriadores dos recursos. “A mesma configuração de regras pode sustentar diferentes tipos de situações de ação, dependendo do tipo de eventos do mundo físico sobre os quais os participantes estejam atuando” (OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994, p. 44).

O mundo físico constitui, assim, o verdadeiro local de ação dos atores e as relações destes com seu ambiente afetam o estabelecimento e o significado das regras – em que momento serão criadas, de que forma, como serão aplicadas e interpretadas etc. Segundo Bravo (2002), estas relações constituem a ligação ecológica dos atores com o recurso e esta é de extrema importância, pois constitui o centro da relação entre o ser humano e a natureza. Assim, segundo este autor, nessa relação se encontra “[...] o início lógico de uma análise sobre o gerenciamento de um recurso natural” (BRAVO, 2002, p. 4).

Os *atributos da comunidade* que podem ser importantes para uma determinada arena de ação estão estreitamente relacionados aos padrões culturais da comunidade envolvida na situação de ação em questão. Estes incluem as normas de comportamento aceitas de uma forma geral, o nível de entendimento comum sobre as arenas de ação, o grau de homogeneidade das preferências dos atores e a distribuição de recursos entre os membros (OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994).

As *regras em uso*, ou instituições, podem ser definidas como os conjuntos de regras de trabalho que se utilizam para determinar quem tem direito a tomar as decisões em certa área; quais ações são permitidas e proibidas; quais regras de afiliação serão utilizadas; quais procedimentos devem ser seguidos; qual informação deve ou não ser facilitada e que retribuições serão designadas aos indivíduos segundo suas ações.

Todas as regras contêm prescrições que proíbem, permitem ou requerem alguma ação como resultado. As regras em uso são as que se usam, se supervisionam e se fazem cumprir quando os indivíduos escolhem as ações que irão realizar. Os responsáveis por fazer cumprir as regras podem ser os participantes diretos, agentes contratados, agentes exteriores ou qualquer combinação deles. As regras em uso são de conhecimento comum e são supervisionadas e aplicadas, pelo menos até certo ponto, por aqueles diretamente afetados. Em qualquer situação repetitiva pode se supor que os indivíduos chegam a conhecer, através da experiência, aproximações adequadas dos níveis de supervisão e de aplicação coativa das regras (OSTROM, 2000). Estas duas classes de fatores que afetam a arena de ação – os *atributos da comunidade* e as *regras em uso* – são divididas por

Bravo (2002) em quatro grupos: 1) normas e valores internalizados; 2) relações sociais; 3) confiabilidade do ambiente social; e 4) instituições.

As *normas e valores internalizados* referem-se a avaliações feitas pelos indivíduos em relação a determinadas ações ou comportamentos. Podem ser compreendidas como regras não explícitas. O nível de análise, neste caso, é o indivíduo, embora a internalização de diversas normas e valores tenha efeitos sociais e vice-versa – ou seja, o ambiente social e institucional também influencia este processo de internalização. Estas normas e valores internalizados podem ser vistos como um “parâmetro interno”, que está relacionado ao que cada indivíduo compreende como sendo socialmente aceito, adequado ou valorizado e, assim, estas modificam os incentivos que os indivíduos têm para comportar-se de uma ou outra forma. Estes parâmetros podem ter forte interferência, por exemplo, nas possibilidades de um indivíduo agir de forma totalmente egoísta. A introdução desta noção é de grande utilidade, portanto, para se compreender por que os indivíduos cooperam (ou não) em situações de ação coletiva.

As *relações sociais* incluem as ligações, conexões e outras relações que ligam diferentes indivíduos em um determinado contexto. Estas podem variar em sua forma, sendo mais ou menos estáveis, próximas etc., assim como no conteúdo e valor daquilo que é intercambiado na relação. Os indivíduos envolvidos em relações sociais mais estáveis e densas, em geral, estão mais propensos a cooperar em situações de ação coletiva, pois têm incentivos para permanecerem em relações mais duradouras, nas quais há maior confiabilidade entre os indivíduos e em que os custos de um comportamento oportunista ou não cooperativo tornam-se mais altos.

A *confiabilidade do ambiente social* refere-se à probabilidade de que um indivíduo qualquer em determinado contexto seja confiável.

3 CONHECENDO O AMBIENTE DA PESQUISA

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

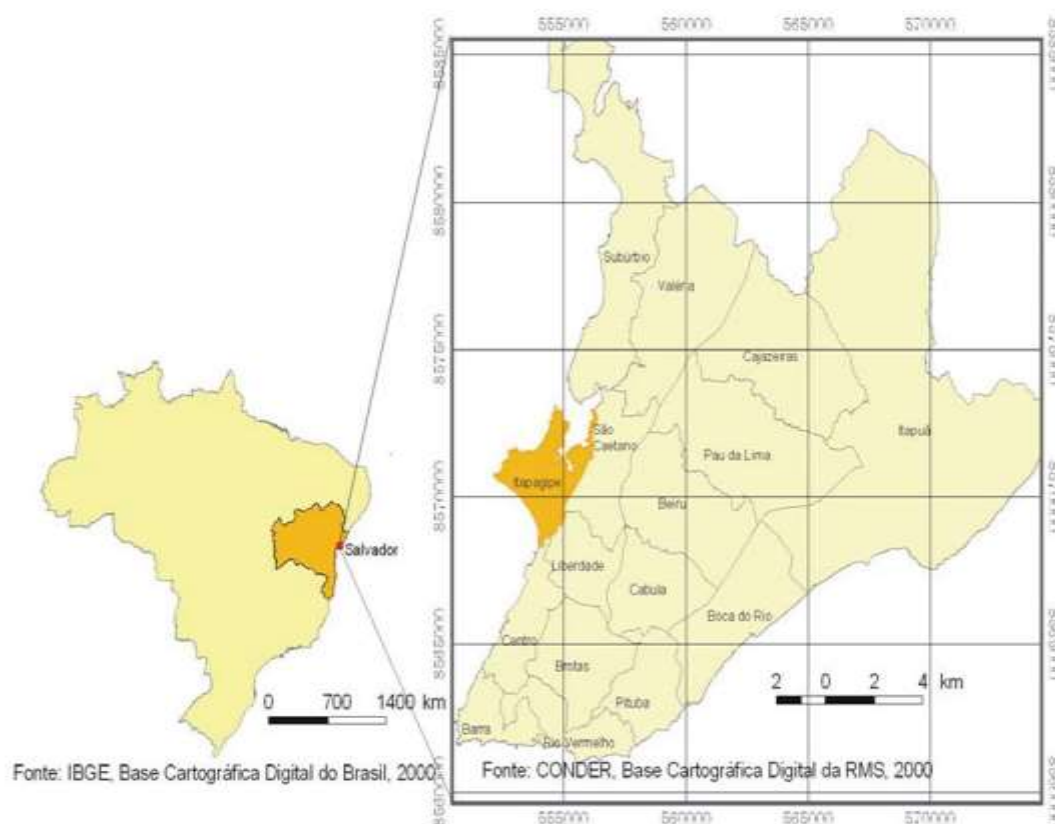


Figura 3. Localização da área de estudo

Fonte: IBGE, Base Cartográfica Digital do Brasil, 2000.

O ambiente no qual a pesquisa ocorre é a península de Itapagipe, situada no município de Salvador, estado da Bahia. A ocupação deste território deu-se nos tempos coloniais e se deveu a duas razões inicialmente: a ribeira, situada no extremo da Península, que reunia condições ideais para a construção e reparo das naus indispensáveis ao comércio de grande curso que prevalecia como atividade econômica da época, e a construção do Forte de Monte Serrat, entre 1583 e 1587, com objetivo de defesa da cidade. Seguiu-se a construção das Igrejas de Monte Serrat, doada aos beneditinos, a Igreja da Boa Viagem, onde se encontra a imagem do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, e a Igreja da Penha, com seu “palácio de verão” e seu passadiço de galeria. Na metade do século XVIII, com a construção da Igreja do Bonfim, a península veio a se tornar em importante centro de espiritualidade, sendo atração de grandes levas de romeiros.

Devido à forte ligação com o mar, as principais atividades econômicas, inicialmente, foram a carpintaria naval e a atividade pesqueira, destacando-se a pesca da baleia.

Mais tarde, a península de Itapagipe empresta suas praias de águas tranquilas e suas belas paisagens a abastados veranistas que se deslocavam do centro antigo da cidade de Salvador, muitos deles passando a se instalar como moradores permanentes.

Já nos finais do século XIX instala-se em Itapagipe a primeira indústria, do ramo da tecelagem, a Cia. Empório Industrial do Norte, com a sua vila operária, que iria contribuir, posteriormente, para transformar esta região na primeira zona industrial da cidade.

Mas é em meados do século XX, precisamente nas décadas de 40 e 50, em função da sua localização próxima ao porto e à estação férrea, que o perfil da região sofre drástica mudança: instalaram-se em Itapagipe diversas indústrias de médio e grande porte dos ramos de bebidas, têxtil, de cigarros, de beneficiamento do cacau, de sabão, de cal, de óleo vegetal e de produtos químicos, além da expansão de estaleiros e de grandes armazéns, responsáveis pela estocagem de matéria-prima e de produtos manufaturados para exportação. Essas indústrias, ao tempo em que ofertaram postos de trabalho significativos na época, trouxeram problemas ambientais e habitacionais que marcaram e marcam até hoje as condições de vida na península.

Esse processo de industrialização mostrou-se incapaz de absorver o grande fluxo migratório que se direcionou a essa região, constituído por um contingente populacional de baixíssimo nível de escolaridade e de renda, resultando num processo crescente de marginalização de indivíduos que, por questões objetivas, passaram a pressionar por espaços de moradia. Sendo inviáveis as possibilidades de participação desse segmento populacional no mercado de imóveis, a "invasão" se tornou a alternativa habitacional possível.

Para Gordilho (2008), no Brasil as raízes da "questão habitacional" encontram-se, também, em sua essência estrutural, relacionadas à urbanização intensiva e ao desenvolvimento industrial que fazem emergir processos similares àqueles ocorridos nos países centrais. Entretanto manifestam-se com outras características socioeconômicas e culturais com diferenças na forma de produção e

de apropriação do solo, resultando em configurações espaciais próprias, o que exige análises específicas de tempo e lugar ao serem consideradas perspectivas de mudanças.



Figura 4. Moradores de Alagados construindo uma palafita
Fonte: Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA, 1996

Considerando o que Gordilho aponta acima, destaca-se que as primeiras ocupações de terra se dão no ano de 1946, sendo uma delas às margens da Enseada dos Tainheiros, num trecho da então denominada Fazenda do Coronel, localizada na Massaranduba. Dava-se, então, início à primeira etapa de formação dos “Alagados”, denominação que passou a ser atribuída ao conjunto de ocupações contíguas ocorridas na Enseada dos Tainheiros, em área de mangue, onde eram edificadas construções rústicas de madeira sobre palafitas.

Em 1949 registra-se mais um espaço de terra ocupado à margem do Caminho de Areia, área que estrategicamente veio a ser denominada de Vila Rui Barbosa, e, a partir de 1952, intensifica-se a ocupação do manguezal da Enseada dos Tainheiros, vindo a constituir a maior ocupação de palafitas do país. Por diversos processos de aterramento, em grande medida de iniciativa dos próprios moradores, vastas áreas foram conquistadas ao mar.

No entanto dois fatores principais concorreram para a decadência da industrialização nesta área: a implantação de novos polos industriais próximos a Salvador (o de Aratu e o de Camaçari) e a pressão crescente da comunidade local contra a poluição ambiental causada pelas fábricas. O passivo social e ambiental deixado por este processo industrial decadente se expressa no desemprego e na situação de pobreza da população, na degradação ambiental afetando, principalmente, a pesca e na falta de perspectivas quanto a novos processos de desenvolvimento. Itapagipe torna-se, assim, uma área de economia deprimida e dona de um dos maiores bolsões de pobreza de Salvador.

3.1 ITAPAGIPE: PALCO DE LUTAS EMANCIPATÓRIAS



Figura 5. Foto aérea de Itapagipe.
Fonte: Foto arquivo CONDER, 2000.

É nesse contexto sócio-histórico que a população passa a se organizar, em razão do processo de resistência e luta, pelo direito de morar. Uma das estratégias utilizadas foi a constituição de grande número de pequenas sociedades muito fortes que, segundo depoimento de uma liderança da época, o Sr. Paulo Bispo da Silva, chegaram a constituir um Escritório Geral das Associações de Alagados, com sede na Rua Tuiuti (NASCIMENTO, 2000, p. 20).

O processo de conquista, de “construção” do próprio solo¹, onde edificaram as suas casas, traz um significativo sentimento de apego e de pertencimento dos moradores ao local, além de se constituir em fator emblemático da sua capacidade de empreender ante a adversidade. Aliás, este sentimento de pertença, de identidade com o território – o ser itapagipano – é uma característica própria de toda a península, que tem nos laços de proximidade entre vizinhos, no hábito de colocar cadeiras na calçada ao final da tarde para bater papo e contar histórias da região, os resquícios de clima de cidade do interior, que cria um diferencial interessante em relação ao resto da cidade (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS).

Apesar das mudanças operadas ao longo do tempo em Itapagipe, e mais particularmente em Alagados, a origem dessa comunidade é um marco de referência para a constituição da identidade dos moradores, que estabelecem uma convivência solidária na tentativa de amenizar a condição vulnerável e precária que compartilham. As dificuldades e carências aproximam as pessoas, dando origem, ao longo do processo de ocupação, a movimentos e organizações representativas cujas atividades refletiam e refletem a forma pela qual a população se associou na defesa dos seus interesses (VIEIRA, 2003, p. 42).

Registra-se, assim, que à ação hostil que se verificava por parte do poder público ao processo de ocupação espontânea desta área, de forma mais ou menos incisiva, até a segunda metade dos anos 50, a população respondeu com a sua organização em “sociedades de defesa” que se proliferaram neste período. Este formato associativo, inclusive, teve grande influência do Partido Comunista Brasileiro, que apoiou, incontestavelmente, as invasões do período 1946-1956. Conforme relato de Sônia Serra, citada por Espiñeira (1997, p. 31-32), o jornal O Movimento, do PCB, deu ampla cobertura à questão da habitação, incentivando e apoiando as invasões do Corta-Braço, Vila Conceição e Caminho de Areia, “ajudando a organização dos moradores numa sociedade de defesa do bairro”. Estas sociedades propunham em seus estatutos, entre outras coisas: promover o

¹ O processo de conquista de um espaço para morar em Alagados usualmente obedece as seguintes etapas: o primeiro passo é a demarcação da área a ser ocupada, quando são fincadas quatro estacas na maré; segue-se a construção da palafita em madeira e da ponte que a interliga ao continente, promovendo condição para moradia; a grande conquista vem posteriormente, quando conseguem aterrar a maré e “construir” o seu próprio solo, terminologia esta apropriada dos próprios moradores; já em terra firme, o objetivo final é transformar o barraco de madeira numa edificação de “bloco” ou alvenaria, de preferência com laje. Desta forma, várias áreas foram conquistadas ao mar na face interna da península de Itapagipe, à margem da Enseada dos Tainheiros.

bem-estar da comunidade e lutar pela melhoria do bairro. Já no pós-56 este movimento vai sofrendo esvaziamento e as sociedades de defesa vão perdendo esse enfoque, cedendo espaço para as ações de caráter eminentemente recreativo. Somente mais tarde, por volta de 1974, é que voltam a assumir papel de destaque sob a influência, principalmente, das pastorais populares da Igreja Católica (ESPIÑEIRA, 1997, p. 41).

Nesse momento, essas sociedades passam a ter uma ação mais interativa com o poder público, embora, por vezes, conflituosa, enfatizando a ação reivindicatória de melhoria das condições urbanas baseada na defesa de interesses coletivos, o que possibilitou colocar em pauta o primeiro processo de intervenção urbanística em Alagados, operado pela Alagados Melhoramentos S.A. (AMESA). Nesse particular, foi importante a participação da Igreja, através da Paróquia de São Jorge, localizada na área, e do apoio da Comissão de Justiça e Paz, que contribuíram para garantir a permanência dos moradores na área (PARÓQUIA DE SÃO Jorge: Livro 1).

Com o enraizamento do processo de organização comunitária passa a ser reivindicado não só o desenvolvimento físico da área como o desenvolvimento social da população residente. E, neste sentido, as organizações passaram a reivindicar efetividade de direitos aos setores públicos e a buscar apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a assinatura de convênios que possibilitassem o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, cultura, saúde e capacitação profissional. No âmbito da efetividade dos direitos, passaram a buscar suprir lacunas deixadas pelo Estado, sobretudo na área de educação, com a constituição das escolas e creches comunitárias e o desenvolvimento de projetos culturais voltados para a juventude.

Este processo organizativo descortinou, portanto, para as associações comunitárias as possibilidades de participação pró-ativa, levando a um processo de empoderamento que permitiria, no futuro, o surgimento de iniciativas mais ousadas. Afinal, semeava-se em solo fértil.

Outras lutas históricas foram travadas em Itapagipe, como é o caso da Revolta dos Malês – Os malês são negros das nações Nagô e Tapa que professam a religião muçulmana e são alfabetizados na língua árabe. Em janeiro de 1835 lideram um levante em Salvador considerado como a mais organizada das

insurreições urbanas de escravos de todo o período escravocrata. Seus líderes mantêm contato com os cativos do Recôncavo Baiano, grupos de Santo Amaro e Itapagipe. Reúnem-se periodicamente para discutir os detalhes do movimento e formam um fundo de guerra que chega a juntar 75 mil-réis.

Plano de ação dos malês – de acordo com o plano de ataque, assinado por um escravo de nome Mala Abubaker, os revoltosos saíam da Vitória (atual bairro da Barra, em Salvador) "tomando a terra e matando toda a gente branca". De lá rumariam para a Água dos Meninos e, depois, para Itapagipe, onde se reuniriam ao restante das forças. O passo seguinte seria a invasão dos engenhos e a libertação dos escravos. O plano é denunciado às autoridades da Província, que preparam a contraofensiva. Os revoltosos atacam na madrugada de 25 de janeiro. Sem contar com o fator surpresa, o levante é desbaratado em dois dias. Cerca de cem escravos e negros libertos são mortos nos confrontos com a polícia, 281 são presos e pelo menos cinco dos principais chefes são fuzilados. Entre seus pertences são encontrados livros em árabe e rezas muçulmanas.

Além da organização do Malês em 1935, em 1919 os operários organizados fizeram a primeira greve geral em Salvador.

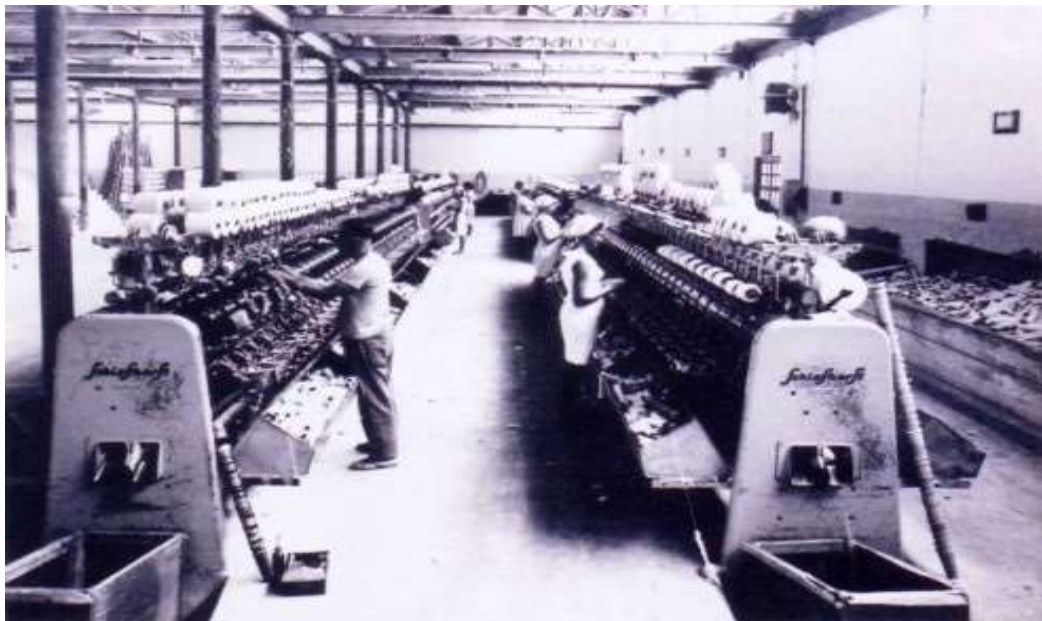


Figura 6. Enroladeiras na Empório

Fonte: [DCFH – Universidade Estadual de Feira de Santana]

O contexto do pós-Primeira Guerra Mundial configurou-se numa instabilidade econômica que, por sua vez, refletiu-se em descontentamento social (carestia dos gêneros de primeira necessidade, compressão salarial, especulação) e crise política (cisão interoligárquica), anunciando os conflitos que estavam por vir, as greves do

início de 1919 e a culminância com a greve geral de junho e a de setembro do mesmo ano (CASTELLUCI, 2001). O encadeamento dialético dos condicionantes históricos determinou as possibilidades e limites das lutas operárias e da participação feminina na Primeira Greve Geral de Salvador. Em novembro de 1919, o periódico O Tempo informou, em matéria, o recebimento de uma carta referente ao agravamento da realidade já acachapante das/os operárias/os da fábrica da Boa Viagem frente à atitude dos industriais pela baixa do algodão (Vanessa Cristina Santos Matos, Rompendo paradigmas através da luta: a greve das/os tecelãs/ões em setembro de 1919 – Salvador- Bahia).

A autora relata mais um levante histórico ocorrido no território da península de Itapagipe, na época centro importante da indústria de tecelagem da América Latina.

No finalzinho do século XX, os itapagipanos decidiram reagir. Frente a uma Itapagipe debilitada, mas ainda com grandes atrativos, eles uniram forças para definir as melhorias prioritárias e para dialogar com o poder público, exigindo intervenções. Criaram um órgão que congrega dezenas de associações de moradores e outros tipos de organizações. Prepararam um plano de trabalho para ser cumprido em cinco anos, indicando aos poderes públicos o que precisa ser feito nos vários bairros que compõem a península. A lista é grande, mas eles são pacientes e teimosos o suficiente para esperar que ela seja cumprida integralmente, além de colaborar como podem (MARIANO, 2010).

No relato acima, o autor enfatiza a força dos moradores de Itapagipe e a sua resistência e luta para elevar o território em franca decadência, em função do enfraquecimento do setor produtivo, a uma condição de um novo modelo de desenvolvimento, capaz de superar seus problemas.

Itapagipe sempre foi lugar que abrigou lutas históricas na cidade do Salvador, como a resistência negra e indígena contra a escravidão. A luta dos operários nas indústrias (de tecidos, refrigerante, de cristais, fábrica Fratelli Vita, Crush, Samba...) instaladas no território e a luta dos moradores dos Alagados por políticas públicas capazes de solucionar problemas de saneamento, habitação, saúde, educação e a luta contra a poluição provocada pelas fábricas ali instaladas.

Como têm consciência histórica, os itapagipanos sabem que no passado já viveram dias melhores. Assim, eles encontram coragem para lutar por um futuro mais promissor. Não estão em busca de luxo, riqueza, ostentação. Querem de volta apenas aquilo que já

tiveram: o direito de mergulhar no mar quando bem entenderem, sem ter que se desvencilhar de lixo, mercúrio ou embarcações; querem saúde, educação e emprego para milhares de novos itapagipanos; querem, de novo, embasbacar visitantes que, no passado, apelidaram Itapagipe de “Riviera baiana” (MARIANO, 2010).

O conjunto de lutas ocorridas na península produziu um caldo importante para o sentimento de pertencimento do território por parte de seus moradores, que se organizaram em diversas associações de moradores, grupos culturais, clubes esportivos de diversas modalidades, escolas comunitárias e grupos produtivos.

3.2 A REDE CAMMPI

Conforme debate apresentado no capítulo 3, a estrutura IAD centra-se em uma unidade conceitual que é a *arena de ação* (*action arena*), aqui nesta pesquisa caracterizada pela REDE CAMMPI. A arena de ação não é apenas um local físico, inclui aqueles indivíduos e organizações que tomam decisões gerenciais baseadas em informações. Como as ações estão ligadas a possíveis respostas, ela pode ser interpretada como uma rede política.

A Rede CAMMPI foi constituída a partir do Projeto Banco do Nordeste/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em parceria com a SETRAS, e contando com a cooperação de técnicos da SEPLAN, SETRADES, SUDIC, EBDA, SEBRAE, Grupo GERMEN e COONAP, iniciaram em Itapagipe o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, um programa de capacitação que tinha como finalidade maior desenvolver o protagonismo dos atores locais na definição de suas estratégias de desenvolvimento.

O programa, utilizando a metodologia Gespar (Gestão Participativa), tinha como um dos objetivos estimular os atores locais a participarem do processo de desenvolvimento local de Itapagipe, definindo suas estratégias.

Este processo de capacitação foi iniciado a 20 de novembro de 1997, com a realização do Ambiente-Oficina de Fortalecimento Organizacional, evento que reuniu uma média de 200 participantes por um período de dois meses.

Durante este evento ocorreu um incêndio nas palafitas do conjunto João Paulo II, resultando em 200 famílias desabrigadas e acelerando uma intervenção da Prefeitura na área para transferir os moradores e impedir o surgimento de novos

barracos. Em função disto, no dia seguinte ao encerramento do Ambiente-Oficina Fortalecimento Organizacional (22/01/98), o Projeto foi convidado por quatro associações locais para discutir a possibilidade de realização de um seminário sobre moradia e qualidade de vida com toda a área da Enseada dos Tainheiros, que inicialmente compunha a área de intervenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local.

As associações eram: Santa Luzia, João Paulo II, Mangueira e CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente. A Universidade Católica do Salvador também foi convidada, em função do Programa UCSAL nos Bairros, que era desenvolvido no Uruguai e na Mangueira. A ideia inicial era casar os esforços dos dois programas em torno da problemática de moradia, sobretudo das palafitas, que apresentavam sérios problemas de ordem socioeconômica e ambiental, e estender esta discussão aos demais bairros, de modo que a questão habitacional fosse tratada como uma questão de desenvolvimento e qualidade de vida em geral. Este pequeno grupo começou se designando de “Comissão” responsável pelo seminário e se reuniu diversas vezes. Contudo, como a situação criada pela perda dos barracos era urgente e a ação da Prefeitura era alarmante, o grupo perdeu de vista o evento, passando a tratar de questões mais operacionais referentes à problemática de moradia.

Paralelamente a isto, o Projeto continuava com as ações de capacitação nas associações e sentiu necessidade de fazer uma sensibilização dessas instituições acerca das propostas de desenvolvimento oriundas deste trabalho.

A questão foi levada para a “Comissão”, que resolveu fazer juntos o Seminário “Um Olhar sobre Itapagipe: Oportunidades de Mercado e Meio Ambiente”, buscando integrar os três temas básicos de interesse dos moradores: a) trabalho e geração de renda; b) moradia e qualidade de vida; e c) meio ambiente e degradação ambiental. As demais organizações atendidas pelo programa foram envolvidas na organização do evento, ampliando a “Comissão” original.

Ocorrido em 15 e 16 de outubro de 1998, o Seminário foi um sucesso, reunindo aproximadamente 200 representantes de associações e entidades e mais de 20 instituições, constituindo um marco na Península. Neste evento foi sugerida a criação de uma “Comissão” que desse encaminhamento às propostas elaboradas nos dois dias. Esta ideia foi aprovada por unanimidade.

Ao longo desta intervenção foi criada a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, que reunia 48 organizações da região de Itapagipe (CAMMPI, 2005), com o objetivo de expor, discutir e encontrar soluções para problemas da comunidade local. Sua missão é “impulsionar o processo de desenvolvimento local através da mobilização e articulação dos moradores de Itapagipe” (CAMMPI, 2000). Em parceria com a AR-II, o NAI (Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe) e, mais recentemente, a APL de confecções do Uruguai, a CAMMPI promove o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe

A “Comissão” foi legitimada e ampliada com mais 19 entidades, sendo marcada sua primeira reunião oficial para o dia 29/10/98, no Clube de Regatas Itapagipe.

Esta primeira reunião contou com a participação de 47 pessoas, entre as quais 16 associações, AR-II, UCSAL, PNUD, B. Nordeste, EBDA e Grupo Germen. Neste dia ficaram definidos alguns princípios básicos e uma estrutura inicial de funcionamento. O princípio básico foi deixar claro que o foco da Comissão é o desenvolvimento da península, respeitando a diversidade de pontos de vista existentes, mas não permitindo discussão político-partidária nas reuniões nem envolvimento de políticos nas atividades promovidas pela mesma. Como estrutura definiu-se que seriam desdobradas 03 subcomissões temáticas – Grupos de Trabalho: trabalho e renda, moradia e meio ambiente, a fim de operacionalizar as propostas do Seminário. Estas subcomissões se reuniriam de acordo com a necessidade e a Comissão se reuniria quinzenalmente, fazendo rodízio de local entre as associações.

As primeiras reuniões que se seguiram aconteceram na AMAI, Mangueira, Sociedade Satélite, mas acabou-se optando por fixar o local na sede da AMAI, em função do acesso mais central e de facilitar a presença de quem faltasse a alguma reunião. O número de associações aumentou para 23 e o Sebrae começou, também, a acompanhar as reuniões.

A primeira ação da Comissão foi a discussão e criação da logomarca da Península, com assessoria da empresa de publicidade Engenho Novo, e, em seguida, a Caminhada “Itapagipe Mostra sua Cara”, durante a Lavagem do Bonfim. A esta seguiu-se a Oficina de Turismo e Cultura, com a Embratur, a Sessão Especial

na Câmara dos Vereadores, a Caminhada Ecológica, o lançamento da Agenda XXI de Itapagipe, com o Grupo Germen, a participação no Orçamento Participativo da AR-II, entre outras. A ideia de subcomissões não funcionou, tendo se desenvolvido apenas a de trabalho e renda.

O grupo percebeu que suas ações estavam sem foco definido e, de 12 a 16 de julho de 1999, a Comissão realizou, com o Projeto, a Oficina de Planejamento Estratégico e Visão Compartilhada. Neste evento a CAMMPI definiu sua missão como “agente de articulação e mobilização da sociedade itapagipana em prol do seu desenvolvimento integrado sustentável e do exercício pleno da cidadania”, nomeando-se como Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe. Sua visão de futuro inclui ser uma experiência de descentralização que deu certo, resultando em uma AR forte com intensa participação da comunidade, com um ambiente atrativo para o turista e bom de morar e trabalhar para a população local.

3.2.1 Atores que compõem a Rede

As características dos atores e da situação de ação definem a arena, enquanto que as atividades, intercâmbios e interações entre os indivíduos dentro da arena produzem os *resultados* do arranjo institucional (BRAVO, 2002; DENTERS & KLOK, 2001; OSTROM, GARDNER & WALKER, 1994).

A CAMMPI é reconhecida pelas instituições como o interlocutor legítimo da população no que diz respeito aos projetos, sendo continuamente procurada pelos órgãos. O mesmo acontece com a população: das 104 associações existentes no local, 30 fazem parte com maior ou menor assiduidade nas reuniões e este número tende a aumentar. Atualmente participam da Comissão as seguintes organizações:

3.2.2 Atores da Arena de Ação

No caso da CAMMPI, os atores da arena de ação são as organizações que compõem a rede, as quais atuam nos segmentos de educação (escolas e creches comunitárias), meio ambiente, saúde, habitação, trabalho e renda (cooperativas, empreendedores individuais).

Organizações Sociais	Instituições
Associação dos Moradores do Conjunto João Paulo II	Fundação Cidade-Mãe/Empresa Educativa de Roma
Comissão Cultural dos Alagados	Faculdade de Turismo da Bahia – FACTUR
Associação Beneficente Frutos de Mãe	BAHIATURSA (órgão estadual de turismo)
Sociedade Beneficente e Desportiva Santa Cruz	Empresa Municipal de Turismo de Salvador – EMTURSA
Sociedade dos Artesãos dos Alagados de Salvador	Empresa Baiana de Saneamento – EMBASA
Sociedade de Defesa e Progresso da Massaranduba	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
Creche Escola Comunitária Frutos de Mãe	Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Centro de Arte e Meio Ambiente	Superintendência de Parques e Jardins – SPJ
Liga dos Veteranos da Ribeira	Banco do Nordeste
Clube de Mães N.S. do Carmo	Coordenadoria de Descentralização Regional – CDR
Associação Beneficente dos Moradores do Porto da Lenha	Secretaria de Transporte Público – STP
Sociedade Beneficente e Cultural da Baixa do Petróleo	Coordenação de Informação e Atendimento ao Consumidor – CIAC
Associação dos Moradores do Jardim Belvedere	SEBRAE – Agência Itapagipe
Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe	Empresa Baiana de Limpeza Urbana – LIMPURB
Sociedade Beneficente 13 de Maio	Centro de Recursos Ambientais – CRA
Sociedade Satélite	Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP
Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia	Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade – SUMAC
Associação Beneficente dos Moradores do Monte Serrat	Associação Voluntária de Serviço da Itália – AVSI
Conselho de Segurança Comunitária	Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM
Associação 28 de Agosto	Fundação Mário Leal Ferreira– FMLF/SEPLAM

Grupo Cultural Bagunção	Cia. de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER
Associação dos Moradores da Ribeira (AMAI)	Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS
Associação de Doceiros e Confeiteiros de Itapagipe	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Associação dos Comerciantes do Mercado do Bonfim	Universidade Católica do Salvador – UCSAL
Creche Cantinho da Criança Feliz	Universidade Federal da Bahia - UFBA
Associação dos Moradores da Pedra Furada	Corpo de Bombeiros
Associação Livre dos Moradores da Mangueira	17º Batalhão da Polícia Militar
Associação de Donos de Bares e Restaurantes da Ribeira	CEFET
Associação da Devoção do Bonfim	Fundação Cidade-Mãe/Empresa Educativa de Roma
Associação Coronel Otaviano	Administração Regional - II
Associação dos Moradores do Conjunto Joanes Leste	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Associação de Costureiras de Itapagipe ASCOSE	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Associação SILOÉ	Coordenação Regional de Educação – CIDADE BAIXA
Grupo de União e Consciência Negra – GRUCON	Serviço Social da Indústria – SESI
Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente - CEAMAC	
Associação de Moradores do Lobato	
SOCIEDADE Beneficente e Esportiva 13 de Junho	
Associação Beneficente Arte e Cidadania - ABEAC	
CECEL	
ASS. DE MORADORES DE ROMA	
ASS. BENEFICENTE DOS LARES DE ALAGADOS	
CENTRO ESPÍRITA ESTRELA DA SEARA	

Quadro 2. Organizações Sociais e Instituições envolvidas no processo de desenvolvimento local
Fonte: Plano Referencial da Rede CAMMPI, 2006.

Os atores que compõem efetivamente a arena de ação (CAMMPI) são as organizações sociais que aparecem à esquerda do quadro acima, porém podemos também considerar os atores institucionais, que são representações da sociedade civil (universidades, Sistema S e as fundações) e as instituições públicas (secretarias e empresas públicas e fundações públicas).

As instituições acima apontadas à direita compõem uma instância no processo de desenvolvimento local, denominada como NAI – Núcleo de Apoio

Institucional, tendo como missão ser um espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, de modo a dar unidade à intervenção das instituições que atuam em Itapagipe, integrando-as às estratégias de desenvolvimento propostas pela comunidade e contribuindo para a estruturação do sistema de governança local.

3.2.3 Espaço Social de Interação da Rede CAMMPI

As *situações de ação* “[...] referem-se ao espaço social onde os indivíduos interagem, trocam bens e serviços, se engajam em atividades de apropriação e provisão”. Segundo Bravo (2002), a estrutura IAD foi originada com o trabalho de Ostrom e Kiser (1982), e depois desenvolvida nos anos seguintes por Ostrom (1988 e 1999); e Ostrom, Gardner e Walker (1994).

Associando a orientação dos atores podemos caracterizar a situação de ação a partir da estrutura de organização da Rede CAMMPI. Abaixo, um fluxograma cujas 04 instâncias, onde ocorrem os debates para a tomada de decisões coletivas, são indicativas, também, da forma como se organiza a Rede.



3.2.3.1 Assembleias

As Assembleias da Rede CAMMPI são mais um espaço de debate permanente. Todas as segundas-feiras são realizadas reuniões nas quais são definidas as estratégias para as intervenções da Rede a partir do Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe. Participam das Assembleias os atores sociais que compõem a arena de ação.

É nesse espaço que são convidados o Poder Público, a sociedade civil e o setor produtivo para apresentarem seus projetos de intervenção no território, em que

as políticas públicas que serão implementadas na Península são debatidas e os atores evidenciam suas inquietações, questionam e apresentam alternativas. Também se caracteriza como um espaço dialógico, em que o processo dialético de ação, reflexão e ação se efetiva, produzindo saberes coletivos e fortalecendo a luta. É um espaço democrático e participativo da Rede, no qual o processo educativo de aprendizagem se concretiza.

3.2.3.2 O Núcleo Gestor

É composto por 05 organizações da arena de ação e foi constituído com a finalidade de dar respostas imediatas a questões que requerem urgência. O Núcleo também cumpre um papel importante na proposição de agendas e pautas para as Assembleias.

As reuniões do núcleo ocorrem de acordo com as urgências na resolução de questões referentes à Rede.

3.2.3.3 Grupos de Trabalho

Inicialmente, os Grupos de Trabalho eram chamados de subcomissões, são temáticos e um espaço importante no acompanhamento das metas propostas pelo Plano Referencial de Itapagipe. De início, eram 07, porém, em função das dificuldades de operacionalização, foram reduzidos para 04, assim distribuídos:

1. Grupo de Trabalho de Saúde
2. Grupo de Trabalho de Educação e Cultura
3. Grupo de Trabalho de Moradia e Meio Ambiente
4. Grupo de Trabalho Geração de Trabalho e Renda

3.2.3.4 Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe

Segundo a Rede CAMMPI, o Fórum é um espaço de discussão, negociação e definição de estratégias e soluções compartilhadas para o desenvolvimento local, envolvendo os diversos segmentos atuantes na Península de Itapagipe e tendo por base o Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe.

O Fórum ocorre anualmente e busca reunir todas as forças vivas da comunidade, envolvendo o Poder Público, a Sociedade Civil e o Setor Produtivo.

É importante resgatar, do capítulo referente à Dimensão Participativa, o que dizem Teixeira (2001) e Sanches (2004): a promoção da participação cidadã surge a partir de uma cidadania nova, mais informada, reflexiva, que reivindica mais espaço nos processos de tomada de decisões, afastando os velhos formatos rígidos como são os partidos políticos, e buscando, ao mesmo tempo, espaços horizontais e democráticos de enfrentamento da questão social. Essa nova cidadania exerce participação gerando “lugares” participativos no processo de definição de problemas na elaboração de agendas políticas, na tomada de decisões e, até mesmo, na gestão dos serviços públicos. Suas práticas com maior repercussão tiveram lugar no local, pois a escala, neste espaço, é menor, aproximando mais movimento e governo.

A situação de ação aqui relatada está centrada nas afirmações de Teixeira e Sanches acima colocadas, pois os espaços onde ocorrem os debates da rede são espaços educativos de construção da participação e da democracia.

MUTIM (2007), colabora com o debate afirmando que vários trabalhos visam mostrar como a educação e os processos educativos desenvolvidos na escola ou fora delas precisam ser articulados para gerar espaços de formação de fundamental importância na gestão do saber e na transformação de mentalidades para o exercício pleno da cidadania, através da gestão compartilhada do desenvolvimento local sustentável. (MUTIM, 2007; NUNES, 2007)

Cada instância da Rede CAMMPI, Assembleia, Grupos de Trabalho, Núcleo Gestor e o Fórum Local de Desenvolvimento de Itapagipe, acima destacada, na sua

prática cotidiana, através das ações de enfrentamento, exerce um papel importante na construção de uma cidadania nova, conforme Teixeira e Sanches.

Ainda, associando o que Teixeira e Sanches destacam, podemos aqui afirmar que os espaços de debate constituídos pela Rede CAMMPI têm possibilitado às organizações membro e suas representações uma participação ativa e qualificada, garantindo a geração de novos espaços de aprendizagem coletiva e que tem contribuído na elaboração de uma agenda política.

4. A DIMENSÃO EDUCATIVA DA REDE CAMMPI EM ITAPAGIPE



Figura 7. Oficina Formativa Rede CAMMPI
Fonte: Rede CAMMPI 2006

Neste capítulo procuramos abordar o processo educativo ocorrido na arena de ação – Rede CAMMPI a partir das relações sociais estabelecidas pelos seus atores. Para isso, foi utilizado o resultado do trabalho realizado pelo Grupo Focal, em que procuramos intercalar as contribuições dos participantes com a contribuição de autores que tratam do tema. Também são utilizadas as ferramentas do IAD como elemento de análise dos processos.

4.1 PROCESSO EDUCATIVO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (GOHN, 1992, p. 17).

Dessa maneira, para a autora, “[...] Cumpre destacar, portanto, duas questões: a educativa e a pedagógica. A educativa é o processo cujos produtos são realimentadores de novos processos. A pedagógica são os instrumentos utilizados no processo [...]” (GOHN, 1992, p. 19). Uma vez que a educação não se restringe à sua dimensão pedagógica (*stricto sensu*), é possível visualizar o caráter educativo das ações que se dão para além das práticas formais próprias das instituições escolares, abrindo espaço para pensar o caráter educativo dos movimentos sociais.

Almeida (2009) afirma que verifica-se que o caráter educativo dos movimentos sociais tem um duplo aspecto, pois se refere tanto à educação daqueles que compõem sua base, sua militância e suas diferentes instâncias orgânicas, quanto a dos diferentes atores sociais que se relacionam com o movimento e a sociedade como um todo. Numa relação recíproca com a sociedade, o movimento educa e é educado (BEZERRA NETO, 1999, p. 17).

Almeida e Bezerra, acima, reafirmam, portanto, o processo educativo que ocorre no cotidiano dos movimentos sociais através das relações entre a sociedade e os movimentos sociais.

Gohn destaca algumas das diferentes fontes do processo educativo vivenciado pelos movimentos sociais, que surgem:

- 1) da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder;

- 2) da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe;
- 3) da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas;
- 4) da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento;
- 5) da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria identificada como sinônimo de conhecimento (GOHN, 1992, p. 51).

A Dimensão Educativa da Participação da rede CAMMPI se dá a partir das ações desenvolvidas nos seus 13 anos de existência. Trabalha com o conceito de desenvolvimento local desenvolvido por Zapata (2000), que se apoiou na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios.

Várias são as ações desenvolvidas pela rede CAMMPI desde sua fundação em 1999, nas diversas áreas temáticas trabalhadas, porém a pesquisa dará foco às ações direcionadas para a questão de habitação, conforme objetivo proposto.

É importante reafirmar o objetivo da pesquisa, que é analisar a dimensão educativa da participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas, dando enfoque às ações da Rede CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe nas políticas habitacionais implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no território a partir da década de 1990.

Para melhor analisar as ações na área de habitação desenvolvidas pela rede na península de Itapagipe pelo Grupo de Trabalho de Habitação e Meio Ambiente,

selecionamos ações consideradas mais importante para análise, segundo o quadro abaixo:

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO DE HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE DA REDE CAMMPI

Ações	Produto
Mapeamento dos problemas e Potencialidades da Península, na área de Habitação.	Diagnóstico em Relação à Habitação em Itapagipe; Plano Referencial de Itapagipe – PRDI
Levantamento da situação das obras do Programa Ribeira Azul.	Relatório sobre a situação das Obras; Reunião com CONDER, Caixa Econômica.
Pesquisa sobre o grau de satisfação dos moradores referente à obra.	Relatório sobre grau de satisfação dos moradores apresentado no Fórum local.
Levantamento de moradias precárias não incluídas no Programa Ribeira Azul.	Seminário com representação do poder público e da sociedade civil.
Manifestações na sede da CONDER e da SEDUR, em relação a atraso de obras, atraso de aluguel social, suspensão das obras.	Renegociação de prazos, aumento do aluguel, entrega de casas no programa Minha Casa Minha Vida.
Construção de uma metodologia de mediação entre o poder público e sociedade civil.	Gestão da Operadora Social
Aprofundamento do Debate sobre Habitação com representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo.	Realização do Fórum Anual de Desenvolvimento da Península de Itapagipe.

Quadro 3. Ações Desenvolvidas pela Rede CAMMPI
Fonte: Plano Referencial Rede CAMMPI 2006

No período de existência da Rede CAMMPI o Grupo de Trabalho de Habitação tem direcionado suas ações à participação nas discussões e monitoramento das políticas públicas de habitação implementadas na península de Itapagipe.

Quanto à política de habitação no Brasil, é importante destacar alguns elementos históricos que nos ajudam na reflexão sobre o tema. O processo de urbanização no Brasil esteve amplamente ligado ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu, sobretudo após a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento. Esta passagem ocorre sem uma ruptura de modelos, ou seja, o modelo urbano-industrial se constitui como modelo hegemônico sem alterar as estruturas originárias do modelo anterior, mantendo uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na concentração de renda, fator que será determinante no fenômeno do êxodo rural que irá acompanhar a urbanização brasileira (BOTEGA, 2008, p. 4).

Este será um processo em que a população urbana do Brasil saltará de 31,3%, em 1940, para 74,8%, em 1991, a maioria ligada às classes populares, que, para a lógica da *“cidade do capital”*, não constituem demanda para as políticas urbanas, o que irá gerar um espaço urbano extremamente fragmentado e excludente.

Dialogando com as afirmações acima, Gordilho (2000) aponta que a questão da habitação na atualidade das grandes cidades brasileiras revela uma problemática que se pronuncia com maior gravidade ao se focar o fenômeno do ponto de vista da segregação espacial da pobreza associado à exclusão urbanística.

Ainda Gordilho (2000, p. 15) aponta que muitas análises têm enfatizado a questão da segregação e, mais recentemente, da exclusão do espaço urbano, fenômenos que se intensificaram nas últimas décadas, marcando profundamente as grandes cidades brasileiras. Toma-se como referência o conceito de segregação como separação da população no espaço habitacional por classes sociais relacionadas à renda, em localizações distintas, com características físico-ambientais diferenciadas; e o de exclusão como privação dos direitos aos benefícios urbanos individuais e coletivos, conformando uma cidade segmentada em espaços para cidadãos e não-cidadãos, construídos de forma aleatória, deficiente e desassistida pelo poder público.

Segundo Garcia (2009, p. 111), dentro da literatura mais especializada analisamos os processos da segregação residencial e expressão espacial das distribuições de raças e classes sociais e seu peso na segregação residencial, o peso da variável raça na produção das desigualdades no espaço urbano, as

diferenças e hierarquias entre a moradia popular, camadas médias e alta e segregação em nível de apropriação de equipamentos coletivos.

Garcia (2009, p. 111-12) nos apresenta alguns autores que analisam a questão da segregação residencial também como decorrência do racismo. Corrêa, (2000, p. 9) afirma que a segregação residencial é uma decorrência das desigualdades de classes, o que implica, necessariamente, separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas no espaço. A contribuição de Castells (1983, p. 210-11) aponta para compreender a segregação com distribuição desigual dos equipamentos e serviços que seguem as leis gerais das distribuições dos produtos e, por conseguinte, operam reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos. Em Garcia (2009, p. 112), para Castells, no sistema capitalista, ela se dá em função das rendas, dos status profissionais, do nível de instrução, de filiação étnica, na ênfase do ciclo da vida etc.

É nessas afirmações acima que residem as inquietações do Grupo de Trabalho de Habitação da Rede CAMMPI. Pois o território de atuação do GT reflete as características apresentadas pelas autoras e autor. A área em foco, península de Itapagipe, mais precisamente a região de ocupação mais recente, 50 anos, é constituída por habitações precárias, palafitas e ausência de infraestrutura de saneamento e saúde.



Figura 8. Área de Intervenção dos Programas Viver Melhor e Ribeira Azul
Fonte: CONDER.

A figura acima destaca a Enseada dos Tainheiros, na península de Itapagipe, área de intervenção do Programa Dias Melhores e do Projeto Ribeira Azul, uma ZEIS – Zona Especial de Interesse Social onde estão concentradas as moradias subnormais, foco das ações de acompanhamento e monitoramento do Grupo de Trabalho de Moradia e Meio Ambiente da Rede CAMMPI.

Para caracterizar a situação da área cabe acrescentar que a população local conta com uma maioria de mulheres 53% e 47% de homens, com uma presença marcante de jovens (54.5 % estão abaixo dos 29 anos)¹. A taxa de desemprego na faixa entre 25 e 60 anos é de 18,32%. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) municipal para a península é de 0,788, enquanto o da cidade é 0,805. Para o IDH educacional o número é 0,936, semelhante ao da cidade que é 0,924 e o IDH de renda é 0,678 ², abaixo do da cidade que é 0,746 (dados do Atlas do

Desenvolvimento Humano da RMS – PNUD / 2006). Quanto à variável raça / etnia, cerca de 85% da população residente em Itapagipe declarou no último censo ser de cor parda ou negra, dado que repete exatamente o da cidade como um todo.

A reflexão abaixo se associa ao debate sobre o déficit de moradias e a segregação espacial nas grandes metrópoles brasileiras e a realidade existente na cidade do Salvador e conseqüentemente no território em estudo.

Nós, da Península, nós somos um povo que a gente viveu a vida toda construindo ocupação, a gente herdou muito isso, parece que tem isso na nossa veia, porque os nossos pais e as pessoas mais velhas da comunidade eles sempre contaram pra gente como foi que ele ocupou esse território, isso ficou muito marcado na gente, entendeu, é como a gente tivesse garantido uma herança. Assim, o sentimento que às vezes me dá é isso. É de guardar esse território porque ele foi uma herança dada pelos nossos pais, não como uma herança de documento, mas uma herança histórica, que ficou dentro da gente (Maria de Lourdes Conceição Nascimento – GT Moradia).

O depoimento de Maria de Lourdes enfatiza a sua caminhada e a labuta de milhares de famílias da região de Itapagipe-Alagados para a garantia da casa para morar. Este depoimento afirma, também, o aprendizado construído a partir da vivência comunitária e na participação do debate sobre habitação, nas conferências, encontros, seminários, nos espaços de formulação das políticas públicas. Também revela a segregação urbana existente no território de Itapagipe.

A partir da década de 90 iniciou-se um processo de implantação de um Programa de Habitação do Governo do Estado da Bahia para atender às chamadas áreas carentes de Salvador. Dentre as comunidades atendidas estava a região de Alagados, sendo esta intervenção produto do processo de mobilização do movimento de moradia da cidade, em função do déficit de unidades habitacionais e das condições precárias de habitação e infraestrutura.

Segundo a CONDER:

[...] o objetivo do programa é ampliar o número de famílias e áreas beneficiadas dando maior visibilidade às ações, articulando recursos para que simultaneamente à melhoria da habitabilidade sejam intensificados os mecanismos de incentivo à geração e ampliação de renda e ao aumento nos índices de escolaridade.

Entre os destaques está o Programa Ribeira Azul localizado em Salvador nas margens da Bahia de Todos os Santos, englobando a Enseada dos Tainheiros. Esta área apresenta ocupações espontâneas do tipo consolidada, semiconsolidada e em palafita,

com uma população da ordem de 12.000 famílias. Alguns trechos possuem infra-estrutura implantada pelo poder público e em outros grande carência deste serviço, sendo considerada a área de Salvador com maior grau de degradação urbana e ambiental. (Programa Ribeira Azul Conder).

A fala abaixo retrata a estratégia inicial de levantamento diagnóstico situacional dos moradores da área de intervenção do programa Viver Melhor, realizada por uma estagiária na época, hoje técnica no Programa Ribeira Azul.

Fui estagiária da Urbis na época que estava sendo implantado na primeira gestão de Paulo Souto do projeto Viver Melhor, e o Viver Melhor ele veio fazendo o cadastramento. Como eu era estagiária do “GECAD”, da área de cadastro, a gente rodou Salvador como um todo. Então, assim, duas áreas daqui de baixo que eu fiz na época, Mudança, porque eles vieram fazer o cadastro, agora eu só posso falar que foi cadastrado, isso daí em diante eu não sei por que eu saí para fazer outras coisas, e anos depois eu voltei pra aqui. Mudança e Joanes Centro Oeste que na época a gente cadastrou todas as palafitas (Ana Paula, Técnica da CONDER).



Figura 9. Habitações construídas em Alagados
Fonte: CONDER.

O relato de Ana Paula confirma o que foi realizado pela CONDER em 1995, um estudo com base nos dados do IBGE que indicava o déficit quantitativo (novas moradias na Região Metropolitana de Salvador e nas demais áreas urbanas e na área rural do Estado da Bahia).

O mesmo estudo indicava no estado a existência de 527.058 domicílios carentes de infraestrutura, 251.385 com infraestrutura inadequada e mais 176.328 domicílios com adensamento excessivo ou uso de materiais precários na construção.

É importante avaliar os impactos desses programas no território, observando sobretudo os que incidem sobre os aspectos físicos, ou seja, um novo arranjo no espaço geográfico e também os aspectos comportamentais, de cultura da comunidade em relação ao debate da participação.

Ainda Ana Paula, colocando suas experiências como estagiária para afirmar o modelo implementado na época pelo Programa Viver Melhor do Governo do Estado da Bahia, em que o debate sobre participação era bastante incipiente.

Vou colocar um pouco do olhar de uma pessoa que era estagiária. Meu primeiro estágio foi no 4º semestre, que é assim, esse estágio que eu fiz nem foi na área de serviço social, foi na área de cadastro, o que eu pude perceber: a gente chegava lá na Urbis, pegava as pranchetinhas, os coletes, os mosquitinhos e ia para a área. Eu não observava uma negociação que acontecia antes com a comunidade, chegava na comunidade e começava a cadastrar, é tudo verde e tal, várias vezes a gente saía corrido da área, por exemplo Golfo Pérsico, na Boca do Rio, Cajazeiras 8, o pessoal pegava o facão e botava a gente pra correr porque não tinha um aviso prévio, chegava lá para falar. Então a única comunidade que eu vi acontecer isso foi aquela da Ladeira da Contorno, a Gamboa, porque tinha um pessoal dos direitos humanos que atuava ali, então eles tiveram que sentar para negociar (ANA PAULA, Técnica da CONDER).

A fala de Ana Paula nos leva a confirmar o que Teixeira de Dagnino afirma em relação ao processo de participação:

O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos políticos distintos. De um lado, o processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002).

De outro lado, com a eleição de Collor, em 1989, e como parte da estratégia do Estado para implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e de sua transferência para a sociedade civil.

Rita Amália, no seu depoimento, vai evidenciar como o poder público se comportava na década de 90 em relação à abertura dos projetos “públicos” de intervenção nas comunidades.

Essa coisa da participação comunitária aqui, eu queria até lembrar uma coisa, foi quando no início, quando eu entrei aqui, né. Quando eu entrei aqui em 96, uma das questões que aqui no Uruguai fervilhava era a falta de informação. O povo dizia: olha, a gente tá sabendo de uma história do programa Ribeira Azul, mas a gente não sabe do que é que se trata, não sabe quem é e o que vai botar nesse pacote, e aí eu me lembro que a gente ajudou nesse sentido de conseguir um contato com a CONDER, trouxemos um técnico para apresentar, foi uma reunião horrorosa.

O técnico, sabe, aquele jeito autoritário dele, do governo autoritário, não queria saber de nada: o negócio vem aí, vai botar e vai mexer com a vida de vocês é isso que interessa, era como se fosse uma coisa assim. Eu sei que a reunião foi tensa, foi uma reunião péssima. Aí, depois, a gente conseguiu trazer Médice (outro técnico) para uma outra segunda reunião. Aí foi que Médice já foi “contemporizando” mais as coisas, era nesse que a gente tinha que se agarrar pra ver se a gente conseguia desempacotar, para tentar influenciar de alguma forma. Tudo isso porque, na verdade, estava cristalizado no Governo do Estado um conceito técnico de habitação (Rita: Amália Carreiro – Universidade Católica – GT Habitação).

O marco formal deste processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental (TEIXEIRA; DAGNINO; SILVA, 2002).

Ana Paula, abaixo, confirma o que Dagnino relata acima em relação às mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988, resultado para as lutas e resistências do movimento social no Brasil.

Trabalhei na CONDER, dentro do Programa Ribeira Azul comecei a perceber essa nova mudança, essa questão de juntar, eu acho também o governo federal já era Lula, a questão de casar a obra física com o social para isso acontecer, porque a gente sabe que o “HBB” é assim: a empreiteira não recebe se o social não estiver ali junto, é um trabalho realmente em conjunto. Então isso aqui já mudou de figura, já mudou de foco, já se tem uma preocupação com as pessoas, com os indivíduos que estão ali naquela área, com períodos que parecia que era uma herança de ditadura, não vamos tirar e pronto. O que eu percebi já voltou com uma articulação melhor e eu acho que cada dia mais. Claro que agora, com as mudanças dentro da instância do governo, tem mudado a participação da comunidade cada vez mais (ANA PAULA, Técnica da CONDER).

Dagnino (2004) afirma que:

[...] essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia.

Mesmo com as referidas mudanças ocorridas na Constituição a partir de 1988 e com o governo democrático de Lula iniciado em 2003, com a realização de conferências e criação de secretarias especiais com foco social, ainda estamos longe da efetivação de um processo real de participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas no Brasil. Essa afirmação vai reafirmar o que diz Ana Paula e Rita Amália no parágrafo abaixo.

Realmente não tinha nada a ver com a questão da participação, e a desconstrução disso foi um processo demorado e difícil, não foi uma coisa fácil, entendeu? Então, assim, Ana Paula disse, e não desconstruiu totalmente. Na Prefeitura, então, eu acho que isso aí ainda é muito cristalizado, os técnicos inclusive se colocam como incapazes de trabalhar numa linha participativa, “eu não tenho formação para trabalhar em uma linha participativa, não tenho prática disso aí, entendeu?”. Eu já ouvi depoimento de técnicos falarem nesse sentido, então essa desconstrução é uma coisa muito difícil e também a nossa participação efetivamente no processo não foi uma coisa fácil, não foi uma coisa dada, foi uma coisa conquistada a duras penas, eu acho. Essa coisa que Ana Paula fala de que quando ela voltou a trabalhar aqui na CONDER que as coisas já estavam modificadas, eu acho que é muito mais uma concepção de cima para

baixo, foi uma coisa forçada, mais uma questão de nível nacional do que de nível local, porque em nível local a gente ainda tinha um governo que era herança de ditadura. Então não teve essa coisa da participação, me lembro muito bem que vinham, apresentavam o projeto, mas o projeto que apresentaram não foi o projeto executado. (Rita: Amália Carreiro – Universidade Católica – GT Habitação).

Ana Paula continua afirmando a dificuldade da incorporação por parte do corpo de técnicos em se dispor a introduzir um modelo democrático e de participação nos programas implementados pelo governo do estado:

Se você perceber, Rita, isso não mudou não, assim, quando eu falo que o governo tava diferente é como você falou, por exemplo, o projeto de Alagados IV, V e Alagados VI que era “Projeto de participação comunitária, educação sanitária e ambiental de Alagados IV e V e Alagados VI. É o nome do projeto que vem de lá de cima do HBB, lá do Ministério das Cidades, exigindo que tenha essa participação comunitária, coisa que assim eu, atuo nele e digo que não existe participação, se o projeto social é feito no gabinete com os técnicos e com o pessoal da CONDER estipulando quais são as atividades que têm que ser feitas, de que forma têm que ser feitas, através de uma pesquisa que foi realizada, isso pra mim não tem participação nenhuma. Qual é a participação? Você chega e trazer a atividade participar e opinar e você dizer que tá participando? (ANA PAULA, Técnica da CONDER).

Nessa disputa, em que os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil (DAGNINO, 2004).

As questões acima colocadas por Dagnino e as reflexões feitas pelo conjunto de atores da rede CAMMPI referentes à questão da política de habitação implementada na península, através de programas governamentais, reflete a busca incessante do movimento social de Itapagipe em relação à garantia de um processo efetivo de construção da democracia, participação, cidadania, capaz de emancipar através do processo educativo, conforme Freire.

Dagnino (2004, p. 103) destaca a importância do que chama de nova cidadania, ou cidadania ampliada, diz que essa concepção de cidadania

[...] começou a ser formulada pelos movimentos sociais, que a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se

organizavam no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc.

Inspirada na sua luta por direitos humanos. Dagnino continua afirmando que a nova cidadania inclui construções culturais, como as subjacentes ao autoritarismo social como alvos políticos fundamentais da democratização. Assim, a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural.

A fala de Maria de Lourdes, abaixo, revela o processo de aprendizado na prática comunitária em relação a novos conceitos, que possibilita uma melhor intervenção no enfrentamento com o poder público ante as políticas públicas.

Tem um negócio, eu não sei se cabe aí, concordo com as meninas, eu não tenho o que discutir, é isso mesmo, mas ao mesmo tempo que causou isso que as meninas colocaram aí eu acho assim que também aconteceu uma coisa: a gente percebeu um conceito que é o mesmo conceito que a gente tinha ao longo do tempo que é assim, quando a gente pensava em habitação a gente associava assim: sala, quarto e banheiro, já era assim maravilha. Depois a gente foi ficando assim e aprendendo, ao longo desse processo, um conceito de habitação que esse dá até um ódio quando alguém coloca, entende? Assim, isso aí é correto, o que vocês falam, mas a gente ficou assim ao longo dos anos, esse processo no território ele empoderou a gente e a gente criou outros critérios que é o da habitabilidade, que inclui lazer, um posto, uma creche, um não sei o que. Acrescentou coisas ao conceito da gente que também foi muito importante, entende? (Maria de Lourdes Conceição Nascimento – GT Moradia).

As afirmações de Maria de Lourdes se associam às afirmações de Dagnino, quando se refere à nova cidadania ou à cidadania ampliada, que é fundamentada na noção de direitos. No processo de aprendizado coletivo, a comunidade amplia o seu entendimento e passa a afirmar um conceito mais amplo, o de habitabilidade, que inclui a noção de direitos fundamentais para qualquer comunidade, o direito à saúde, lazer, educação etc.

Ainda citando Dagnino (2004, p. 104):

[...] a nova cidadania assume uma redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso aos direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais

abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas.

Acreditando na construção de uma cidadania ampliada, conforme Dagnino aponta, a Rede CAMMPI, através do Grupo de Trabalho de Habitação e Meio Ambiente, promoveu, ao longo de treze anos, uma série de ações de acompanhamento e monitoramento da política de Habitação implementada a partir do Programa Ribeira Azul (ver Quadro 3).

A primeira ação que merece destaque foi a construção do Plano Referencial, em 2000, que apresenta um diagnóstico do território da península de Itapagipe e um destaque para a questão habitacional. A partir do diagnóstico, o Plano Referencial de Desenvolvimento apresenta também sugestões para intervenção por parte do poder público nas questões relacionadas à habitação. A maior das sugestões referentes à área de habitação é o acompanhamento e monitoramento do Programa Ribeira Azul.

O Plano Referencial passa a ser o instrumento comunitário de pressão no enfrentamento para implementação das políticas habitacionais (Programa Ribeira Azul, Viver Melhor e Dias Melhores) no território.

A segunda ação importante foi a construção do Relatório de visita elaborado pelo Grupo de Trabalho de Habitação e Meio Ambiente, referente à intervenção do Programa de Habitação em Alagados. Esse relatório, elaborado em 2004, identifica uma série de irregularidades nas obras, além de apresentar o grau de satisfação dos moradores de Alagados V em relação à qualidade das obras e identificar os principais problemas (CAMMPI, 2004).

Com o relatório produzido em 2004 A CAMMPI reuniu a Caixa Econômica, a CONDER e a AVSI para apresentar o relatório com a finalidade de buscar alternativas de soluções para o exposto.

O rico aprendizado, conforme Maria de Lourdes relata abaixo, é produto de uma construção coletiva e de participação da rede CAMMPI nos debates sobre habitação no estado da Bahia e no Brasil, através dos espaços de formulação da política pública de habitação.

Eu acho que a gente chegou a isso através do movimento de moradia também. Isso foi consolidando porque a gente tem história disso, agora aqui ele foi produto do movimento de moradia e também

um produto local de apropriação. Tem um morador, um menino mesmo, ele é um pentelho que mora aí nas 99 casas e ele, da forma dele, tem o mesmo pensamento do conceito que a gente tem, entendeu? Então, claro que muitos da gente veio (sic) deste movimento, isso a gente concorda, mas é o empoderamento local. Eu percebo isso assim, nos moradores, mas não são todos, mas tem uma grande quantidade de gente que você vê isso na forma deles, mas vê (Maria de Lourdes Conceição Nascimento – GT Moradia).

Reafirmando essa posição, Carlos Eduardo coloca: “Na verdade todo este processo instrumentalizou a gente sobre como agir e interagir nestas questões de habitação” (Carlos Eduardo Dias).

Maria de Lourdes continua refletindo sobre como a prática proporcionou um aprendizado coletivo, responsável pela intervenção qualificada dos atores da Rede no debate sobre moradia, na formulação, no acompanhamento e monitoramento das políticas implementadas no território. Destaca, ainda, o papel importante da unidade do movimento local em relação à luta.

Outro impasse, que eu acho importante, ele não tá no físico, mas, assim, a gente tem uma unidade na luta, é até contraditório porque a gente não é igual e os nossos pensamentos não são iguais, tanto é que a gente se conflita, às vezes, mas tem uma unidade, uma coisa que a gente não tinha antes, claro que isso tem um bocado de coisas que ajudou (sic), isso foi exercício. Mas tem alguma coisa, a gente não vai mais assim, por mais que a gente brigue, quando o outro vai, a gente já cutuca, não é por aí, criou uma unidade entre a gente do Território, a gente não pensa só mais na gente, a gente quer que a Ribeira esteja bem, a Pedra Furada esteja bem (Maria de Lourdes Conceição Nascimento – GT Moradia).

Nas falas de Maria de Lourdes e Reginaldo a questão do empoderamento da Rede CAMMPI em relação ao território de Itapagipe, contribuiu também para a qualificação na intervenção da rede.

Eu acho que foi uma estratégia o empoderamento do território, conhecer o território, eu acho que essa foi a principal, que com isso você conhece o território, isso, com aquelas pesquisas, na construção daquelas pesquisas, nos deu exatamente isso, o empoderamento: conhecer o nosso território e conhecer as mazelas e conhecer também as coisas positivas. Então foi isso, a Rede ela passou a ter um discurso qualificado, a gente passa a ter também uma intervenção qualificada por conta do conhecer o território (Reginaldo Souza).

O diálogo acima apresentado por Maria de Lourdes e Reginaldo Souza nos ajuda a compreender as reflexões de MUTIM (2009, p. 115), referente a construção de espaços educativos de formação, o autor afirma que, os processos educativos coletivos hoje compreendidos como espaços de formação como a Agenda 21, o Plano Nacional de Educação Ambiental/PRONEA, Orçamento Participativo/OP, os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável/DLIS, além de outros, precisam integrar a formação de educadores, técnicos e outros segmentos representativos da sociedade para que possam atuar como agentes de desenvolvimento na consolidação do Desenvolvimento Local Sustentável.

É fundamental esta fala de Maria de Lourdes e de Reginaldo Souza para que possamos identificar um ganho significativo na caminhada de 13 anos da Rede CAMMPI. Ela destaca a unidade da Rede como elemento importante para o fortalecimento da luta. Também na sua fala Maria de Lourdes traz outro elemento responsável por esta unidade, que é o fortalecimento da identidade territorial, o sentimento de pertencimento de território, conforme aponta Santos no capítulo sobre território e desenvolvimento.

Em função das mudanças ocorridas e já relatadas acima a respeito da participação social no debate sobre as políticas públicas, fica evidente que para a construção de um modelo eficaz de participação social será necessário um exercício de troca de experiência entre o Poder Público e a Sociedade Civil, é o que tem sido proposto pela Rede CAMMPI. Isso reflete o depoimento de Sonia Dias, abaixo.

No lado social eles perceberam que eles precisam da comunidade, mesmo que ainda tentam uma resistência, uma dificuldade, mas o governo percebe que eles têm a necessidade de pelo menos a comunidade tá informada das parcerias que é preciso ser feita (sic), e eu percebo isso como uma grande mudança, mesmo que depois na hora se atrapalhem, tentem burlar como a gente percebe lá nas Operadoras Sociais, mas que não quer ter mais a comunidade distante (Sonia Dias – Operadora Social).

Sonia Dias, no seu depoimento, revela uma experiência da construção de novos espaços horizontais e democráticos de enfrentamento da questão social, em que a nova cidadania exerce participação gerando lugares participativos, conforme Teixeira e Sanches, no item 4.2.2, acima.

A experiência sinalizada acima por Sonia Dias se refere à Operadora Social, uma instância da sociedade civil constituída no debate entre o Movimento de Moradias e o poder público estadual com a finalidade de acompanhamento e monitoramento da implementação do Programa Ribeira Azul, fazendo um papel de mediação entre a sociedade civil e o Estado.

Cardoso (2009, p. 102) relata que a intervenção territorial de requalificação urbana ambiental, com ações sociais consistentes, merece uma ampla e minuciosa análise que contemple os atores diretamente envolvidos na execução dos trabalhos (moradores, representantes comunitários, as esferas públicas e parceiros institucionais), objetivando evidenciar os pontos fracos da experiência, para que coletivamente se busquem soluções, evitando que eles possam ser novamente objeto de ameaças e que haja efetivo risco de sucesso nos novos projetos.

As observações apontadas por Cardoso são de fundamental importância para implementação de um programa ou projeto no qual o ator principal é o morador, aquele que vai usufruir diretamente dos equipamentos construídos ou instalados. Porém será mais importante ainda que a construção de projeto ocorra de forma coletiva e participativa desde a sua formulação até a sua finalização.

4.2 O OLHAR DA REDE SOBRE O RESULTADO DO PROCESSO EDUCATIVO E PARTICIPATIVO

Almeida (2009), na dimensão da construção da cidadania, considera que os movimentos sociais educam e educam-se, uma vez que se trata de um processo que não pode ser construído pela imposição de medidas verticais ou pela importação de artigos preestabelecidos, a serem aplicados mecanicamente; e educação para a construção da cidadania ocorre no próprio exercício das ações que são inerentes a uma experiência cidadã. Ao mesmo tempo, não há cidadania, no seu sentido pleno, sem a educação como um processo que a compõe.

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto por que ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno,

no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. [...] A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1992, p. 16).

Os depoimentos abaixo nos ajudam a contextualizar o sentido da dimensão educativa da participação comunitária como elemento de construção da democracia e da cidadania.

“Entendo que a gente, ao longo dos anos, foi qualificando o nosso nível de participação, houve um processo de participação comunitária que foi avançando. A gente foi aprendendo a construir essa participação comunitária” (Maria de Lourdes Conceição Nascimento – GT Moradia).

Maria de Lourdes revela que o processo educativo de participação ocorre na prática cotidiana, na ação, reflexão e ação, que leva tempo, mas emancipa pessoas.

Já Ana Rosa – representante do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), membro da Rede CAMMPI – vai afirmar o que tratamos anteriormente sobre o processo lento de mudança por parte do corpo técnico da CONDER, das empreiteiras em relação à execução das obras. Ana destaca que a dinâmica comunitária tem transformado o lugar em função do tempo de resposta por parte do Estado. São 13 anos de intervenção na área e insignificante o número de unidades habitacionais entregues, portanto, isso tem gerado um grau de insatisfação enorme por parte dos moradores impactados diretamente pelo programa.

É, desde a hora que eu cheguei aqui que estou ouvindo as colocações e eu estou impactada sem conseguir ordenar nem formular tudo que eu estou sentindo, pra dizer por que o primeiro impacto e a dúvida em relação à intervenção que ainda está para acontecer em Alagados VI. Quando vocês falam dali da área do Santo Antônio ontem, simplesmente vocês tiveram ontem a oportunidade de chegar por ali, porque não tinha condições de entrar pela frente, porque na entrada do campo existem, existiam três becos. Um era o de lá de casa, ao lado de lá de casa que tem que passar de um em um. Quando a amiga insiste tanto nos impactos, eu fico pensando assim, né, a reação que o pessoal teve pelo menos ali, tô falando dali da área, a reação quando se fez a primeira pesquisa falando da intervenção, a segunda que foi para medir as casas e a terceira pedindo ali a assinatura deles para aceitar a intervenção do projeto e que com esses anos todos, qual foi a primeira reação concreta, foi quando começaram a sair as famílias, as que ficaram na previsão de terem que sair também começaram a melhorar, trocar madeirite, trocar madeira, suponho eu que fosse em termos de valorização da casa, que a casa iria sair e com esse

tempo todo aquilo ali que vocês viram que era tudo madeira tá tudo construído (ANA ROSA).

As palavras de Ana Rosa reafirmam o que Santos (2005, p. 107) comunga, abaixo:

A investigação sobre o histórico da intervenção do poder público nos Alagados revela as contradições na implementação das soluções para os problemas no local. As modificações na participação da população foram alteradas, pelo menos nos discursos, bem como a idéia de atingir apenas a questão de infra-estrutura urbana e habitação. Contudo, a prática explicita sua real proposta: o uso dos problemas sociais nos Alagados com o fim de captar recursos financeiros internacionais. A maquiagem da paisagem é o mecanismo utilizado para escamotear tais propostas.

Não quero tratar aqui esta questão de forma ingênua, como se o atraso das obras, a qualidade dos serviços e o nível de insatisfação dos moradores fosse apenas por falta de entendimento dos técnicos da CONDER ou das empreiteiras. O processo Educativo e de Participação revelado pelos depoentes do Grupo Focal dá conta de que o modelo racista de exclusão que se traduz na não participação do debate é evidenciado na prática dos representantes de quem implementa a política pública.

Rita Amália vai concordar com Maria de Lourdes sobre a conquista do processo de participação.

O que eu tenho pra falar em relação à questão da participação é, assim, como eu reforcei: acho que a coisa foi mais conquistada do que uma de lá para cá. A comunidade foi peitando as ações, foi exigindo ser considerada, mas isso foi um processo tão longo e tão demorado que a impressão que eu tive é de que a gente malhava em ferro frio, porque assim, o pessoal ouvia a gente, mas na prática não modificava nada, ou muito pouco em relação ao que a gente falava, entendeu? Então até as 99 casas que foram feitas iguaizinhas à primeira etapa, que foi sobejamente criticada e continuou assim. Agora que a gente tá vendo, pela primeira vez, passados 5 anos do governo de Wagner, é que a gente tá vendo realmente, na prática, acontecer. Mas isso é muito tempo, gente, porque as coisas concretamente passaram a mudar e a se sentir palpavelmente, mudanças consideráveis só agora, este ano, depois de decorridos 5 anos do governo que a gente pensava que fosse um governo mais democrático, porque na verdade eu acho que a CONDER mudou muito pouco (Rita: Amália Carreiro – Universidade Católica – GT Habitação).

Ana Rosa, ainda na sua reflexão, vai destacar elementos que contribuíram para a construção do processo de participação, vai coincidir com as intervenções de Maria de Lourdes e Rita Amália à medida que concordam que o processo de construção da participação no programa se deu em função do processo de aprendizado da rede que tem possibilitado a qualificação dos seus membros para melhor intervenção no debate das políticas públicas.

Eu creio que ações que contribuíram e por outro lado as ações de formação política e social, através de cursos, de reuniões, de conferências, eu lembro do curso de mobilizadores porque eu creio que no curso de mobilizadores deu assim pela duração dele também trouxe muita informação, formação e a possibilidade da gente conhecer melhor os nossos companheiros e companheiras da área em termos de comprometimento, identificou pessoas que a gente pode e não pode contar, essa é a minha visão, porque eu não tô dizendo que o curso foi bom porque a gente ganhou um bocado de gente a serviço da gente, eu tô dizendo que isso que ele trouxe, informação, conhecimento, ajudou a divulgar mais a Rede, muitos facilitadores ficaram conhecendo melhor a Rede (ANA ROSA representante do Grupo de União e Consciência Negra – Grucon, membro da Rede CAMMPI).

O debate sobre ação, reflexão e ação, já mencionado acima, retorna na intervenção de Carlos Eduardo como elemento fundamental no aprendizado dos membros da Rede CAMMPI, impactando, assim, nas suas ações.

Tem um processo aí na pesquisa dessas ações que eu acho que também é processo, eu acho que a Rede não é um grupo estático, que somos assim e assim vamos morrer. Estamos sempre indo e voltando, definindo estratégias, revisitando, voltando, reconstruindo, desconstruindo, eu acho que esse é um processo político natural da Rede. Mas que eu acho que a gente se perdeu um pouco nas estratégias, que a gente demorou um pouco de perceber que são as ações de protesto de rua, a gente ficou muito focado na questão de sentar para discutir e a gente fez pouca mobilização de rua. Agora já pro final a gente começou a ir para rua e percebeu alguns ganhos (CARLOS EDUARDO DIAS, representante da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, membro da Rede CAMMPI).

Não discordando de Eduardo Dias sobre o estabelecimento do diálogo e as ações de protesto, Gilcinea Barbosa destaca na sua intervenção a importância do estabelecimento do diálogo como estratégia para construir o processo participativo.

Eu queria reafirmar nessa estratégia do diálogo. Eu acho que a sacada da Rede foi justamente acreditar que a partir de construir caminhos com o diálogo e fazendo o caminho de participação e assim, acho que a gente tem grandes resultados pelo menos em relação a esta coisa de dizer que pode ser feito diferente. A gente começou do plano referencial que nem todo mundo compreendia, mas é assim, muito bom, a gente pega os programas e vê que tem pessoas que nem falaram diretamente com a gente, não dialogaram diretamente, mas assim que tá lá naquela referência, que pegou aquilo ali que é a expressão das nossas vontades em determinando momento. Pelo menos consultou o plano referencial, eu acho que todas as outras publicações também, todos aqueles momentos de seminários que a gente convoca os órgãos para poder tá participando, já que eles não chamam a gente, vamos chamar eles até a gente (GILCINEA BARBOSA, Representante do Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA, e titular no Grupo de Trabalho Habitação e Meio Ambiente).

Na dimensão da organização política os movimentos sociais também têm um caráter educativo na medida em que, no seu interior, aprendem-se, ao mesmo tempo, tanto a legitimidade e o caráter genérico dos pontos de pauta que surgem, a princípio, de necessidades imediatas quanto às práticas de negociação e de organização política, necessárias para caracterizar essa legitimidade e convertê-la em respostas concretas por parte do Estado ou das instâncias competentes para tal, de modo que “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo” (GOHN, 1992, p. 17).

Essa tomada de consciência concomitante ao processo prático de organização das ações implica o princípio de que “[...] a construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes” (GOHN, 1992, p. 18).

A partir deste debate apresentado por Almeida e Gohn, acima, quero aqui destacar a riqueza dos depoimentos dos atores, o sentimento de pertencimento, a necessidade de continuar lutando e principalmente a certeza de que a conquista vem. É admirável a perseverança dos depoentes e a lucidez quanto à certeza das mudanças individuais e coletivas ocorridas na caminhada da Rede CAMMPI.

4.3 O OLHAR EXTERNO SOBRE OS RESULTADOS DO PROCESSO EDUCATIVO E PARTICIPATIVO

Os Encontros, as Oficinas Formativas, as Reuniões, as Audiências Públicas, as Manifestações Populares na comunidade e nos órgãos Públicos, Estaduais e Municipais, o monitoramento de políticas públicas, produziram, ao longo de 13 anos de existência da Rede CAMMPI, resultados importantes no campo da formação individual e coletiva, qualificando os atores da Rede, possibilitando uma intervenção qualificada e impactando nas políticas Públicas de Habitação implementadas na cidade do Salvador.

Na oportunidade apresentamos algumas passagens pesquisadas em artigos e teses que se referem à Rede CAMMPI, como um instrumento de mobilização social importante, uma experiência exitosa de construção de participação democrática, capaz de emancipar pessoas.

A professora Rita Carreiro, no artigo intitulado Uma Década da UCSAL em Itapagipe: Universidade e Sociedade no Processo de Desenvolvimento Local, sintetiza um estudo sobre a experiência da Rede CAMMPI e seus impactos:

Pode-se dizer que o processo organizativo local, atingiu uma dinâmica autônoma, independente da existência de apoios externos, acrescido da capacidade de articulação com as instâncias responsáveis pelas políticas públicas locais. Neste sentido, afirmamos que esse processo constitui, em si mesmo, um indicador de desenvolvimento local, cuja materialização pode ser apreendida nos ganhos de consciência política de cidadania. Esses ganhos se revelam desde a concretização de projetos próprios, como documentos que dialogam nas mesmas bases dos códigos dominantes institucionalizados, até o seu reconhecimento, no ano de 2007, como uma das vinte melhores práticas do Brasil em concurso promovido pela Caixa Econômica Federal (CARREIRO, 2009).

Jânio Santos, no seu artigo Políticas Públicas e Ações Populares: o caso dos Alagados – Salvador/BA, refere-se ao papel da Rede CAMMPI ante a intervenção do Programa Ribeira Azul.

Os representantes da CAMMPI (Comissão de Mobilização dos Moradores da Península Itapagipana) têm questionado, nesta área de intervenção, tais empreendimentos. Eles solicitam maior participação popular nas decisões dos planejadores, o que significa projetos mais adequados à realidade local (SANTOS, 2005, p.107).

Azevedo destaca que:

Essas organizações sociais fortaleceram a articulação comunitária local e suas ações estão voltadas para a revitalização da Península. Existe ainda a possibilidade de uma troca de experiências e o fortalecimento de projetos participativos voltados para a comunidade local (2010).

Maria de Fátima Nascimento, em sua tese de mestrado *A Participação Cidadã no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador*, enfatiza a importância da experiência da Rede CAMMPI:

Uma experiência positiva, no sentido de articular os interesses sociais, ocorreu através da criação, no fim da década de 90, da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península (CAMMPI) com foco da sua ação no desenvolvimento local (2008).

Já Cardoso (2009) destaca, nessa temática, o progressivo trabalho da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Rede CAMMPI), que possui em seu quadro a Comissão de Moradia.

O posicionamento dos pesquisadores acima evidencia o que ao longo desse trabalho os representantes da Rede têm afirmado sobre a importância do papel exercido pela CAMMPI no território. A importância do enfrentamento, a construção do diálogo, as manifestações, as reuniões anuais do Fórum de Desenvolvimento de Península, o Plano referencial de desenvolvimento são algumas das intervenções propostas pela rede que tem dado sentido aos posicionamentos dos pesquisadores apontados acima.

5 CONCLUSÃO

Antes da conclusão queremos resgatar o objetivo para o qual ela foi proposta. O objetivo proposto foi analisar a dimensão educativa da participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas, dando enfoque às ações da Rede CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe e a sua influência nas políticas habitacionais implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no território a partir da década de 1990.

Ao iniciar este trabalho contei com a ajuda das reflexões de um dos maiores educadores populares do nosso tempo, e, ao finalizar esta pesquisa, constato a veracidade das suas palavras em relação ao papel do movimento social no processo de emancipação:

O importante, porém, é reconhecer que os quilombos, tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje, todos em seu

tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como “façanha da liberdade”. [...] apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está (FREIRE, 2000, p. 60-61).

A sociedade brasileira até finais da década de 70 viveu sobre uma forte pressão da ditadura militar iniciada no Brasil a partir de 1964 com o golpe, até que nos anos 80, os movimentos sociais provocassem um debate nacional sobre a abertura política, culminando na constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a ampliação dos espaços de participação popular, possibilitando a sociedade brasileira propor, acompanhar e monitorar as ações implementadas pela gestão pública, através das políticas públicas. Essa mesma constituição promoveu novas formas de relação entre a sociedade civil e o poder público.

Os artigos 204 e 227, da Constituição garantiu a participação da população, através das organizações representativas, na elaboração e controle das políticas públicas na gestão administrativa municipal, estadual e federal.

Instrumentos importantes como os conselhos gestores e os conselhos de direitos foram fundamentais para a garantia da construção de um processo efetivo de participação da sociedade civil.

Os Conselhos Gestores previstos na constituição Federal garantem a participação em diversas áreas sociais: na *saúde*, como “participação da comunidade” (art. 198, inciso II); na *assistência social*, através das organizações representativas, (art. 204, inciso II); e na *educação*, como “gestão democrática do ensino público” (art. 206, inciso VI).

A partir da década de 90 que inicia o processo de regulamentação da gestão descentralizada das políticas públicas nas áreas sociais de saúde, educação, assistência social, etc. Neste momento ocorre a formação dos conselhos gestores, responsáveis pela formulação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas.

A Rede CAMMPI, tem origem em finais de 1998, e surge com a finalidade de exercer o controle social das política públicas implementadas no território de Itapagipe e articular a sociedade civil o setor produtivo e o poder público com vistas

a promover o desenvolvimento territorial. É exatamente neste exercício que se instala um processo educativo e formativo dos membros da rede.

A Dimensão Educativa da Sociedade Civil neste trabalho se evidencia através da prática cotidiana dos atores individuais e coletivos, que ocorre a partir de uma simples definição da pauta das reuniões realizadas todas as segundas-feiras, até a realização e participação em grandes debates locais, municipais, estaduais e nacionais que proporcionam um aprendizado permanente dos membros participantes da Rede CAMMPI.

Cabe um destaque ao elemento motivador do Grupo de Trabalho de Habitação e Meio Ambiente da Rede, o debate sobre a segregação do espaço urbano em função de raça, classe, debatido neste trabalho, com a colaboração das reflexões de Gordilho e Garcia. Pois o território em estudo vivencia, no seu cotidiano, a segregação espacial, caracterizada por áreas de ocupação histórica, detentora de infraestrutura urbana e áreas de habitação bastante precarizadas, carentes de abastecimento de água e coleta de lixo.

Partindo deste princípio, percebemos que o caminho percorrido pela Rede CAMMPI possibilitou um resultado positivo tanto na formação individual quanto no coletivo, fruto da efetivação do processo formativo implementado pela Rede. É a partir deste indicador que a dimensão educativa da participação se efetiva, promovendo mudanças no conjunto da rede e nos atores do seu entorno.

Também identificamos uma série de entraves, sobretudo na relação da Rede com o poder público, porém este exercício tem sido fundamental para afirmação da garantia do direito à participação, que se efetiva com a formulação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas.

Também é possível afirmar que o exercício da construção de um processo participativo ainda está longe do alcance do poder público. O olhar sobre as comunidades, sobretudo as mais fragilizadas, é extremamente preconceituoso, racista. Há uma abertura para um debate nas ações sociais dos programas implementados, porém nos aspectos físicos, construtivos, continuam fechados, não possibilitando um diálogo de quem projeta, quem constrói, com os futuros moradores das unidades habitacionais.

O grande palco de debate do movimento social de Itapagipe são os programas habitacionais implantados a partir de 1990, que, segundo os

depoimentos, ainda não foram capazes de resolver os problemas de moradia para o qual foram propostos no Território. São 13 anos de espera de grande parte dos moradores pela conclusão das obras.

As incertezas, os desencontros de informações por parte do poder público em relação à finalização das obras e a burocracia têm sido os maiores entraves na concretização dos projetos. Essas questões são sinalizadas pelos atores da Rede, identificadas a partir do monitoramento e acompanhamento do projeto.

Conforme depoimentos relatados através do Grupo Focal, é possível identificar uma série de inquietações dos representantes da Rede em relação à implementação do Programa Ribeira Azul na península de Itapagipe. As inquietações vão desde a qualidade da obra, utilização de materiais de baixa qualidade, o padrão habitacional e uma série de interrupções, distratos com as empreiteiras, gerando aumento no custo da obra e atrasos na entrega. Destacam também que, em função dos problemas acima colocados, no período de 13 anos de intervenção do programa a quantidade de unidades habitacionais que foram entregues é muito pequena em relação ao número de pessoas que aguardam suas casas.

Fica também constatado que o maior exercício no processo educativo de participação dos atores da Rede CAMMPI ocorre através do acompanhamento e monitoramento das ações do Programa no Território, seja através de instrumentos para medir o grau de satisfação da comunidade em relação às obras, seja através da realização de reuniões e seminários para apresentar resultados de pesquisas e visitas e debater o tema. Inúmeras também foram as manifestações realizadas nas sedes da Companhia de Desenvolvimento Regional – CONDER e na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe se caracterizou como um espaço importante de debate sobre o território onde, conforme depoimentos, são discutidas e pactuadas ações de intervenção do poder público em Itapagipe. É neste espaço que o poder público, sociedade civil e o setor produtivo se encontram anualmente para debater e encontrar soluções para os problemas locais.

Esta capacidade da Rede CAMMPI de produzir debates locais e para a cidade é um indicador importante, que tem estimulado pesquisadores e universidades a pesquisar sobre o processo de participação, de gestão, governança

da rede, além de desenvolverem projetos nas diversas organizações membro da CAMMPI. Inúmeras universidades públicas e privadas, a exemplo da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, que assessora o movimento há mais de 10 anos, Faculdades de Educação e de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Faculdade de Turismo – FACTUR e outras, desenvolvem ou desenvolveram pesquisas junto à Rede CAMMPI.

Fica evidente que os espaços públicos onde ocorrem debates, seminários, reuniões, audiências públicas se caracterizam como espaços formativos, onde ocorre o processo de aprendizagem das lideranças do movimento social.

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, em que tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente (GOHN, 1992, p. 18).

O aprendizado acumulado pelos atores da Rede no que procuramos destacar como dimensão educativa da participação contribuiu para a qualificação do debate e das intervenções da Rede CAMMPI. A compreensão sobre o território e seus problemas, o entendimento das políticas públicas, nos quais os programas e projetos implementados estão inseridos, são fundamentais ao fortalecimento do aprendizado dos atores envolvidos, enriquecendo o debate e consolidando a ação social na definição das políticas públicas.

Concluindo, podemos afirmar que esta pesquisa pretende chamar atenção para o debate sobre a dimensão educativa da participação da sociedade civil, com vistas a dar destaque aos processos educativos implícitos na participação da sociedade, com vistas a um desenvolvimento capaz de incluir atores sociais que historicamente vivem à margem da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. **Revista EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 141-156, jan./jun. 2009.

BEZERRA NETO, L. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, artigo, Ano I – nº 02, Março de 2008.

BRAVO, Giangiacomo. **Environment, institutions and society in the management of common-pool resources**: Linking IAD Framework with the Concept of Social Capital. Paper presented at the Ninth Biennial Conference of the International Association for the Study of Common Property (IASCP), Victoria Falls, Zimbabwe, June 17-21, 2002.

CAMMPI/NAI. **Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe**. Salvador, 2000.

_____. **Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe**. Salvador, 2007.

CARDOSO, Maria de Fatima. **Fomento ao desenvolvimento local em áreas urbanas**: o caso do programa Ribeira Azul em Salvador. Tese de Mestrado da Universidade Católica do Salvador, 2009.

CARREIRO, Rita Amália da Silva; ALENCAR, Cristina Maria. **Uma década da UCSAL em Itapagipe**: Universidade e Sociedade no Processo de Desenvolvimento. 2008.

CASTELLANO, Maria. **Relações entre poder público e sociedade na gestão dos recursos hídricos**: o caso do consórcio intermunicipal das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 265 F. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
CASTELLUCCI, Aldrin A.S. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004 (II Prêmio Fieb de Economia Industrial).

DAGNINO, Eveline. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? 2004.

DENTERS, Bas; KLOK, Pieter-Jan. **Rebuilding Roombeek-West. An institutional analysis of interactive governance in the context of a representative Democracy**. EURA Conference Area-Based Initiatives in Urban Policy. Copenhagen. 2001.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairro**. Salvador, EDUFBA, 1997.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. **Salvador Cultura Todo Dia**. 2008. Consulta: na Internet. Disponível em: <[HTTP://WWW.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=3&cod_po...](http://WWW.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=3&cod_po...)>. Acesso em: 04 nov. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. SP: UNESP, 2000.

GARCIA, Antônio dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005. (Pesquisa em Educação).

GOHN, M.G.M. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. MST e mídia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 179, 1999.

_____. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

GORDILHO, Souza Angela. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2008.

KLINGEBIEL, Stephan. **Effectiveness and reform of the United Nations Development Programme (UNDP)**. Londres: Frank Cass Publishers, p. 21, 1999.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. Caracterização e avaliação do desempenho do PNUD no Brasil segundo sua estratégia e forma de atuação. **PESQUISA & DEBATE**, SP, v. 21, n. 1 (37) pp. 157-184, 2010.

MARIANO, Agnes. **Itapagipanos**. 2010. Disponível em:
<<http://soteropolitanosdacidadebaixa.wordpress.com/2010/04/23/itapagipanos/>>.
Acesso em: 20 mar. 2012.

MOURA, Maria Suzana. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. **Revista Organizações & Sociedade**; Salvador, v. 5, n. 12, p. 37-57, maio/ago. 1998.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos (1992). Ecological Education and Management of Sustainable Societies: analysis of the articulation of formal and informal educational process as strategies for the management of sustainable local development. **Revista da FAEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun.,1992)** - Salvador: UNEB, 1992- Revista FAEBA.

NASCIMENTO, Maria de Fatima Pereira. **A participação cidadã no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Católica do Salvador, 2008.

NASCIMENTO, Raimundo José Pedreira. **Qualidade sócio ambiental na Península de Itapagipe, um estudo de caso**. Monografia para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento Ambiental, Salvador, UCSAL, 2000.

NUNES, Eduardo José Fernandes. Educação e território: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 2007.

OSTROM, Elinor; AHN, T.K. A social science perspective on social capital: social capital and collective action. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**, Indiana University (draft version), 2001.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes: la evolucion de las instituciones de acción colectiva**. Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

_____. "Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy and Development". In: EVANS, Peter (Org.). **State-society synergy: government and social capital in development**. Research Series, University of California, Berkeley. International and Area Studies. 1996. pp. 85-118.

_____. **Crafting institutions for self-governing irrigation systems**. ICS Press – Institute for Contemporary Studies. San Francisco, California, 1992.

OSTROM, Elinor, GARDNER, Roy; WALKER, James. **Rules, games and common - pool resources**. Ann Arbor. The University of Michigan Press, 1994.

PARÓQUIA DE SÃO JORGE. **Relatos das atividades da comunidade do Jardim Cruzeiro**. Salvador, 1975. Livro 1.

PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. *In: Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 121-139.

PNUD. Relatório **Sintético das atividades do PNUD no Brasil: 1960-2002**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pdf/Rel%20Sint%20Ativ>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

REVELA, Periódico de Divulgação Científica da FALS, Ano I - Nº 02- Março de 2008.

SANCHES, Felipe Llamas. **Desafios da participação cidadã nos processos de inovação democrática viva**. nº 23, agosto/setembro. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Jânio. Políticas públicas e ações populares: o caso dos Alagados – Salvador/Ba. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 3, n. 1, p. 93-110, jan-jun, 2005. (ISSN 1678—698X). Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, I. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. Salvador, **Caderno CRH**, n. 28, jan./jun.1998(a).

_____. Movimentos em cena ... e as teorias por onde andam? **Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**, Florianópolis/SC, v. 15, p. 1-21, 1998(b).

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégicas**. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001, p. 31-42.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife Equip; Salvador, UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia; DAGNINO, Evelina. La constitucion de la sociedad civil em Brasil. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedad civil, espacios públicos y democratizacion**: Brasil. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 2002. pp. 21 – 76.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VIEIRA, Maria Rosa Santos. **Projeto Oficina de Memória de Alagados**. Monografia para obtenção do Título de Especialista em Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Feira de Santana, Bahia, UEFS, 2002.

ZAPATA, Tania. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Publicação do Projeto BNDES/PNUD – Recife, 2000.

_____. **Estratégias de desenvolvimento local: Socióloga/consultora do Pnud**, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: Programa Ribeira Azul



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
SUA INSTITUIÇÃO

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
Urbanos do Estado de Bahia

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria de
Planejamento e Desenvolvimento Urbano



Programa Ribeira Azul

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**

Da intervenção pontual de Novos Alagados
a uma intervenção em larga escala:
O Programa Ribeira Azul



Cities Alliance
CITIES WITHOUT STAINS



CAIXA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Obras do Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
FARÁ DO BOM POR
Secretaria de
Planejamento e Políticas

MINISTÉRIO
DAS CIDADES
BREJO
BRASIL
SEM FOME E SEM FOME

Programa Ribeira Azul

PROGRAMA
Ribeira
AZUL

Cidade de Salvador

- N° de favelas: 357
- Pop. Favelada: 800 mil pessoas (aproximadamente 30% do total da população)



Programa de Redução da Pobreza na Área do Ribeira Azul

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**

Objetivo:

Programa integrado de redução da pobreza urbana, visando a melhoria de qualidade de vida de 135.000 pessoas (40.000 domicílios).

Ações:

- Obras de urbanização e recuperação ambiental;
- Construção de novas casas e retirada de palafitas;
- Melhorias habitacionais;
- Construção e reforma de equipamentos comunitários;
- Projetos de desenvolvimento humano.



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
CAIXA ECONOMIA FEDERAL

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Obras de Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DO TUDO BOM
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano

MINISTÉRIO
DAS CIDADES
BREJO
EM PAÍS DE TODOS

Antecedentes : Palafitas

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
FUNDAÇÃO CAIXA CULTURAL

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Urbanismo de Salvador da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DO SOL E DO PÓ
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano



Novos Alagados / Enseada do Cabrito

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
BANK OF SOCIAL INVESTMENT

CONDER
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
ESTADO DA BAHIA
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano

MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO
URBANO
BREJO
BRASIL

Programa Ribeira Azul

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**

Erradicação de Palafitas

- Palafitas existentes em 1994.....3.500
- Palafitas erradicadas e com obras em andamento.....2.700
- Palafitas a arradicar.....800



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
Banco Econômico Federal

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Urbanismo do Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DO SOL E DO MAR
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano

MINISTÉRIO
DAS CIDADES
BRASIL
EM PAZ E EM LUTA

Novos Alagados – Recuperação Ambiental

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**

1998 Parque São Bartolomeu / Foz do Rio do Cobre

2003



Cities Alliance
CITIES WITHOUT STARS



CAIXA
FUNDO COOPERAÇÃO SOCIAL

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Urbanismo do Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
LEI Nº 20.901/98
Secretaria de
Desenvolvimento Urbano

MINISTÉRIO
DOAS CIDADES
BRESL
BRASIL 2010

Alagados / Enseada Tainheiros

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**



Cities Alliance
CITIES WITHOUT STAINS



CAIXA
CAIXA CULTURAL

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Urbanismo de Vitória da Bahia



Poligonal da Portaria 271/05

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**



Poligonal da Portaria nº 271 de setembro/05
do Ministério do Planejamento Orçamento e
Gestão

Esta poligonal inclui as áreas das poligonais
dos Projetos Alagados IV, V e VI do
programa HBB, embora ainda não estejam
registradas



Cities Alliance
Cities Without Slums



CAIXA
BANCO DE DESENVOLVIMENTO

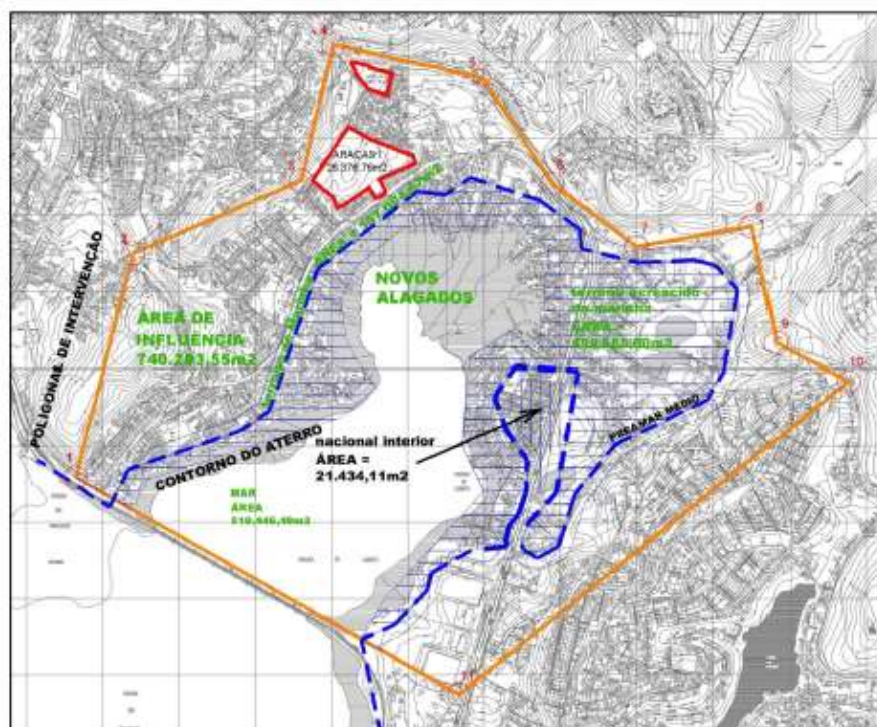
CONDER
Companhia de Desenvolvimento
E Urbanização da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
FORA DO JORRO DO
SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

MINISTÉRIO
DAS CIDADES
BRL
BRASIL 2008

Poligonal da Portaria 271/05

PROGRAMA
**Ribeira
AZUL**



Poligonal da Portaria
nº 352 de 22 de
dezembro/04
do Ministério do
Planejamento
Orçamento e Gestão



Cities Alliance
Cities Without Stigma



CAIXA
Banco Econômico Federal

CONDER
Companhia de Desenvolvimento
Econômico do Estado da Bahia

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DO SOL E DO AÇÚCAR
Secretaria de
ENGENHARIA URBANA



ANEXO B – Levantamento de moradias precárias na área de entorno do Programa Ribeira Azul em Itapagipe e Lobato

Relatório produzido pelo GT de Moradia da Rede CAMMPI 2004

1. INTRODUÇÃO

O presente levantamento tem origem em observações realizadas pela Subcomissão de Moradia da CAMMPI sobre a realidade habitacional da Península de Itapagipe onde, entre outros aspectos, foi identificada a existência de habitações precárias, em geral de madeirite, em áreas já consolidadas e com relativa infra-estrutura, que foram objeto de intervenções anteriores do próprio Poder Público.

O foco desta observação foi direcionado, portanto, para a área que extrapola a poligonal de atuação do Programa Ribeira Azul, programa este que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado, através da CONDER, na região de entorno das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito.

Trata-se, em geral, de áreas que, na década de 80, foram conquistadas ao mar através de aterro realizado pela AMESA (Alagados Melhoramentos S.A.) e onde foram edificadas as chamadas “cidades de madeirite” ou mesmo, que foram objeto de intervenção do Programa Viver Melhor, em meados da década de 90, mas que deixou a evidência de um trabalho inconcluso.

Os fatos indicam, portanto, que ao longo de 10 e até de 20 anos, muitas famílias não conseguiram, por si sós, galgar um patamar de melhoria da sua condição de vida e de moradia. Muito pelo contrário, estas habitações construídas com material de pouca durabilidade encontram-se, em geral, em estado precário, deterioradas que foram pelo tempo e o uso, sem melhorias significativas desde a sua edificação.

Destaca-se que, embora esta situação se apresente de forma dispersa pelos bairros do Uruguai, Jardim Cruzeiro, Mangueira e Lobato, o quantitativo de ocorrências é expressivo. Apesar de não se ter realizado um levantamento exaustivo da situação, foi possível identificar 250 unidades habitacionais nas condições acima referidas, conforme especificado no quadro a seguir:

HABITAÇÕES PRECÁRIAS IDENTIFICADAS

LOCALIZAÇÃO	UNIDADES IDENTIFICADAS	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
Uruguai/ Jardim Cruzeiro	100	51
Mangueira	53	23
Lobato	97	61
TOTAL	250	135

A constatação deste expressivo quantitativo motivou a Subcomissão de Moradia da CAMMPI a aprofundar o conhecimento dessa realidade, através da realização do

levantamento de dados junto à população. Ao mesmo tempo, considerou-se a importância dos dados primários para balizar as alternativas de solução para o problema, mediante a aplicação de uma política pública que responda a esta realidade especificamente.

Assim é que foi elaborado coletivamente, pela Subcomissão de Moradia, um questionário, aplicado posteriormente junto a uma amostra bastante representativa do universo identificado, conforme registrado no quadro acima. Buscou-se com ele respostas a algumas indagações fundamentais: como se caracterizam estas habitações; há quanto tempo e por quem são ocupadas, ou seja, qual o perfil das famílias que nelas residem e, por fim, buscou-se detectar o interesse do chefe da família de participar de projeto de melhoria habitacional.

Os questionários foram aplicados por jovens da comunidade, participantes do Consórcio da Juventude, que receberam o treinamento devido, além de alguns membros da Subcomissão de Moradia, que se encarregaram, também, da orientação e controle do trabalho em campo. Por fim, a revisão dos questionários aplicados e a apuração dos dados coletados foi efetuada com o apoio de equipe da UCSal, que presta assessoria a esta Subcomissão.

Os resultados deste trabalho coletivo são aqui apresentados, na expectativa de que possam contribuir para pensar a solução desta situação de extrema exclusão, que não pode ser negligenciada no contexto do processo de desenvolvimento local que se verifica na Península de Itapagipe.

2. CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS

2.1. EM ITAPAGIPE

Quanto ao **material utilizado** na construção das habitações pesquisadas, a maioria **(85,1%)** tem **paredes** de madeira, sendo utilizado também material misto (madeira e bloco ou madeira e plástico) em **14,9%** dos casos.

Na **cobertura** predomina a telha eternit **(63,5%)**, sendo usada a telha cerâmica em menor escala **(10,8%)** e material misto **1,4%**. Tem-se também que **24,3%** não especificaram o tipo da telha utilizada.

O **piso** é, na maioria, feito de cimento **(77,0%)**, sendo consideráveis, também, os casos de chão batido e de pisos mistos (de cimento e chão batido) com a ocorrência de **8,1%** cada. Os usos de cerâmica ou de cascalho aparecem com ocorrência mínima de **1,4%** cada e **4,0%** não especificaram.

Quanto ao **número de cômodos** existentes na habitação, o padrão mais freqüente **(31,1%)** é o de casas com 1 sala, 1 quarto 1 cozinha e um sanitário. É expressiva **(21,6%)** a quantidade de casas com 1 sala, 2 quartos, uma cozinha e um sanitário. Registrou-se, também, a ocorrência de **14,9%** das casas com um único vão. Outras tipologias ocorrem com menor incidência.

Cabe destacar, ainda que **25%** das casas não possuem sanitários e **30%** não possuem cozinha como cômodo isolado.

Os imóveis pesquisados são ocupados prioritariamente na condição de próprios (**93,2%**), enquanto que **4,1%** são cedidos e apenas **2,7%** são alugados.

O uso dado a estes imóveis é com prevalência estritamente residencial (**86,5%**), seguindo-se o de uso misto (comercial e residencial), com ocorrência de **10,8%**. Um percentual de **2,7%** dos questionários não indicava o uso do imóvel.

Quanto ao **tempo de ocupação** destas habitações, verificou-se que a grande maioria (**64,9%**) recebeu o imóvel da AMESA, o que significa estar morando no mesmo há cerca de 20 anos. Tem-se também que **25,7%** dos entrevistados residem no imóvel há mais de 10 anos, **5,4%** residem há mais de 5 anos e apenas **4,0%** dos imóveis são de ocupação mais recente pelos entrevistados, ou seja, têm menos de 5 anos de ocupação.

2.2. EM LOBATO

Quanto ao **material utilizado na construção**, prevalecem as **paredes** de madeira (**98,4%**), sendo utilizado em mínima escala material misto (bloco e madeira).

Na **cobertura** predomina a telha de eternit (**68,9%**), sendo usado em menor escala a telha de barro (**24,6%**) e material misto (**4,9%**). **1,6%** não especificaram o tipo de telha utilizada.

Os **pisos** são na maioria (**75,5%**) de cimento, sendo considerável também os casos de chão batido (**16,4%**). Em escala mínima foram identificados, também, pisos de madeira, cerâmica e carpete.

No que se refere ao **número de cômodos**, e diferentemente do que ocorre em Itapagipe, o padrão mais freqüente (**29,5%**) é o de casas com um único vão. É expressiva também a quantidade de casas com 1 sala, 1 quarto, 1 cozinha e 1 sanitário, (**19,7%**), como também de casas com 1 sala 2 quartos, 1 cozinha e 1 sanitário (**18,0%**). Outras tipologias aparecem com menor incidência.

Chama-se atenção para o fato de que **44,3%** das casas não possuem sanitário como cômodo isolado e **57,4%** não possuem cozinha.

Os imóveis são ocupados prioritariamente na condição de próprios (**88,6%**), sendo **9,8%** de imóveis cedidos e apenas **1,6%** de imóveis alugados.

O uso preferencial destes imóveis é o estritamente residencial (**95,1%**), registrando-se também a ocorrência de **4.9%** de casos de uso misto (residencial e comercial).

Quanto ao **tempo de ocupação** destas habitações, diferentemente do que ocorre em Itapagipe, a maior incidência é de moradias com mais de 10 anos de ocupação (**54,1%**), embora seja expressivo o percentual de entrevistados que residem no imóvel desde a entrega pela AMESA, há cerca de 20 anos atrás (**26,2%**). Tem-se, ainda, que **6,6%** dos entrevistados residem no imóvel há mais de 5 anos e um

percentual mais expressivo **(11,5%)** ocupa o imóvel há menos de 5 anos. **1,6%** não declararam o tempo de ocupação.

3. PERFIL DAS FAMÍLIAS

3.1. EM ITAPAGIPE

As famílias são predominantemente chefiadas por mulheres **(74,3%)**, enquanto que **25,7%** são chefiadas por homens.

Quanto à **idade**, os chefes de família se concentram prevalentemente **(76,7%)** nas faixas etárias correspondentes à maturidade e à velhice (a partir dos 40 anos), sendo que **28,4%** situam-se na faixa de 60 anos e mais. Apenas **23%** situam-se nas faixas que vão de 20 a 39 anos e **1,3%** não declararam a idade.

O **nível de escolaridade** dos chefes de família é em geral muito baixo, sendo que **81,0%** não concluíram o primeiro grau e destes **37,8%** não são alfabetizados. Tem-se também que apenas **2,7%** concluíram o primeiro grau e igual percentual concluiu o segundo grau. Dados mais expressivos indicam aqueles que possuem segundo grau incompleto **(9,5%)** e **4,1%** não informaram a sua escolaridade.

No que se refere à **renda mensal**, foi tomada para estudo a renda do chefe da família, considerando que, em geral, estes não tinham precisão quanto à renda dos demais membros da família, quando eventualmente isto ocorria, considerando a instabilidade destes ganhos. Assim, tem-se que **59,5%** dos chefes de família ganham menos de 1 salário mínimo; **28,4%** ganham de 1 a menos de 2 salários mínimos e **6,7%** se declararam sem renda. Um percentual diminuto recebe de 2 a menos de 3 salários mínimos **(1,3%)**, sendo que nenhum dos entrevistados superou este patamar, o que caracteriza uma população de baixíssima renda. Registra-se, ainda, que **4,1%** dos entrevistados não informaram a sua renda.

Constatou-se, quanto às **fontes de renda** que apenas **18,4%** dos entrevistados possuem rendimento fixo, proveniente de emprego com carteira assinada ou aposentadoria, o que torna os rendimentos muito inconstantes. Tem-se também que **27,6%** dos entrevistados declararam-se desempregados e que **28,9%** vivem de trabalho eventual. Apenas **6,6%** são beneficiados pelo Sistema de Proteção Social, através de programas como Bolsa Família, PETI, Bolsa Escola e outros. Os demais têm como fonte de recursos trabalhos por conta própria **(10,5%)**, são catadores **(5,3%)**, vivem de doação **(2,6%)**, dentre outros menos expressivos.

Quanto ao **tamanho das famílias** verificou-se que **45,9%** delas são numerosas, constituídas por 7 pessoas e mais, sendo que **16,2%** destas possuem mais de 10 membros. Registrou-se a ocorrência de **33,8%** de famílias pouco numerosas, com até 4 membros e **18,9%** de famílias de tamanho mediano, com 5 a 6 pessoas.

3.2. EM LOBATO

Ocorre nesta área uma situação mais equilibrada no que se refere ao sexo do chefe da família, na medida em que se constatou que **52,5%** destes são do sexo feminino e **47,5%** são do sexo masculino. Mesmo assim, predominam os lares chefiados por mulheres.

Quanto à **idade**, os chefes de família nesta área apresentam perfil mais jovem, desde quando a maioria (**55,8%**) se situa nas faixas que vão até 39 anos, sendo que **31,2%** têm idade até 29anos. É expressivo também o percentual de entrevistados na faixa de 50 a 59 anos (**24,6%**) e, com menor incidência, registram-se os que estão nas faixas de 40 a 49 anos (**13,1%**) e de 60 anos e mais (**6,5%**).

No que tange ao índice de **escolaridade**, trata-se igualmente de uma população de baixo nível de instrução, considerando que **75,5%** não concluíram o primeiro grau, sendo que **30,6%** não são alfabetizados. A categoria primeiro grau completo aparece com incidência de **6,5%**, o segundo grau incompleto com **13,1%** e o segundo grau completo com **3,3%**. Apenas 1,6% dos entrevistados não informaram a escolaridade.

Analisando-se a **renda do chefe de família**, constata-se uma situação ainda mais dramática do que em Itapagipe, na medida em que **72,2%** declararam ganhar menos do que 1 salário mínimo e **24,6%** ganham de 1 a menos de 2 salários mínimos. Percentuais diminutos de **1,6%** foram registrados nas categorias de 2 a menos de 3 salários mínimos e sem renda.

Verificou-se, ainda, quanto a **fonte de rendimentos**, que apenas **15,2%** possuem rendimento fixo, proveniente de emprego com carteira assinada ou aposentadoria. **31,8%** declararam-se desempregados e **21,2%** vivem de trabalho eventual. Os beneficiários do Sistema de Proteção Social aparecem aqui com maior incidência, registrando-se esta ocorrência na família de **10,6%** dos entrevistados. O trabalho por conta própria aparece também com certa expressão (**18,2%**) e percentuais diminutos de **1,5%** foram registrados nas categorias trabalho fixo sem carteira assinada e não informado.

Com relação ao **tamanho das famílias**, diferentemente do que ocorre em Itapagipe, aqui há uma maior incidência de famílias pouco numerosas, uma vez que **54,1%** delas possuem até 4 membros. **19,7%** é o percentual de famílias medianas, com 5 ou 6 membros e **18,0%** são de famílias numerosas, com 7 membros e mais. Ressalta-se, ainda, que **8,2%** não declararam o tamanho da família.

4. PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE MELHORIA HABITACIONAL

4.1. EM ITAPAGIPE

Considerou-se importante indagar aos entrevistados sobre o seu interesse em participar de algum projeto de melhoria habitacional, tendo em vista avaliar o nível de adesão a uma proposta neste nível. Como resposta, obteve-se uma adesão de **94,6%**, enquanto que **4,1%** não se interessam em participar e **1,3%** não se posicionaram a respeito da questão.

Quando indagados sobre o que necessitariam para melhorar a sua casa, **51,0%** responderam que necessitariam de recursos para material e mão-de-obra; **18,1%** necessitariam recursos apenas para material e **9,6%** recursos apenas para mão-de-obra. Tem-se, também, que **11,7%** indicaram necessitar de recursos para alugar uma casa no período de reforma, uma vez que não têm condições de morar

temporariamente em casa de parentes ou amigos. Além disto, **8,5%** indicaram necessitar de orientação técnica para elaborar um projeto de reforma e **1,1%** não se interessa em reformar a sua casa.

Considerou-se importante, também conhecer a experiência do grupo familiar na área da construção civil, obtendo-se a resposta de que **48,6%** das famílias têm membros com alguma experiência em construção civil. Destes, **27,8%** têm experiência com auxiliares de ofício (servente de obra ou auxiliar de eletricista) e igual percentual como pedreiros; **5,5%** têm experiência como carpinteiros, **2,8%** como pintor e **17,1%** não especificaram a experiência.

4.2. EM LOBATO

Indagados sobre o interesse em participar de projeto de melhoria habitacional, **78,7%** dos entrevistados no Lobato responderam afirmativamente, o que significa uma menor adesão a um projeto desta natureza, se comparado com as respostas obtidas em Itapagipe. **19,7%** informaram que não desejam participar e **1,6%** não se posicionaram sobre o assunto.

Quando inquiridos sobre o que necessitariam para melhorar a sua casa, a maior incidência recaiu sobre a necessidade de recursos para material e para mão-de-obra (**31,0%**). A necessidade somente de material foi indicada por **26,8%** dos entrevistados e, um percentual mínimo (**2,8%**) indicou a necessidade somente de mão-de-obra. Foi expressiva também a incidência de respostas sobre aqueles que informaram necessitar de um projeto de reforma (**21,2%**), reconhecendo a importância de uma assessoria técnica. Apareceu também entre as respostas, numa incidência de **7,0%** a necessidade de recursos financeiros, sem maiores detalhes quanto a sua destinação e, com a mesma incidência, a necessidade de recursos para aluguel de uma casa durante o período de reforma. Tem-se, por fim, que **4,2%** não especificaram a necessidade de recursos para melhoria da sua habitação.

Quanto à experiência dos membros da família na área da construção civil, **41,9%** responderam possuir algum familiar com experiência nesta área. Entretanto, **61,5%** destes possuem experiência limitada, como servente de obra. Além destes, **26,9%** são pedreiros, **3,8%** são marceneiros e **7,7%** não informaram o tipo de experiência.

5. CONCLUSÕES

Através dos dados aqui apresentados pode-se concluir que nos encontramos diante de uma realidade de extrema exclusão, considerando além das precárias e subumanas condições de habitação das famílias pesquisadas, os baixos índices de escolaridade e de renda.

Assim é que nos deparamos com uma situação extremamente desafiadora, para a qual temos o dever de buscar respostas, uma vez que estamos imersos num processo de desenvolvimento local do qual esta realidade é parte.

Os desafios de resposta a esta situação vão desde a necessidade de uma solução subsidiada para o problema habitacional, visto que ao longo de 10 a 20 anos estas

famílias não foram capazes, por si sós, de melhorar a sua condição de moradia, até a definição de uma política pública que dê conta das particularidades desta realidade. Isto porque as políticas até então existentes para melhorias habitacionais em área não contígua, não respondem às necessidades de uma população com tal perfil.

O problema passa também pela necessidade de buscar melhorar o nível de escolaridade destas pessoas, de capacitação profissional, para se atingir também uma inclusão de ordem produtiva.

Necessitamos assim, sensibilizar pessoas, representantes institucionais, para aprofundar a discussão sobre o problema e construirmos parcerias fecundas, capazes de dar respostas a estes desafios.

ANEXO C - Relatório da visita do GT de Moradia da Rede CAMMPI às áreas do Programa Ribeira Azul

DATAS: 13/07/2004 e 29/07/2004.

1 – ARAÇAS I

Em visita ao local, o GT de Moradia da Rede CAMMPI, inicialmente com um morador, Sr. Carlos, que nos forneceu alguns dados sobre este conjunto de casas. Informou-nos que este foi entregue aos moradores há cerca de sete anos atrás, sendo composto de 268 casas, localizadas em lotes de 72 m². Destas casas, 28 se encontram totalmente destruídas, diversas inabitadas e deterioradas, sendo que, segundo a mesma fonte, apenas 10 casas, entre todas, não foram condenadas por estudo recente efetuado ou contratado pela própria CONDER.

Esse conjunto de casas foi efetivamente assentado em terreno impróprio, do tipo massapé, numa área que, por suas características, deveria ter sido preservada como tal, face a existência de diversas árvores frutíferas e de duas nascentes d'água.

Como consequência, além dos já citados problemas com as casa, também nos caminhos percebe-se grandes desníveis nas placas de concreto que os constituem, denotando a movimentação do terreno.

A aparência do conjunto denota abandono e destruição, observando-se raras melhorias nas habitações e frequentes gastos dos moradores com o preenchimento das rachaduras e frestas que surgem a cada dia, na tentativa de evitar sinistro maior.

Os moradores se sentem abandonados pela CONDER, sem qualquer certeza ou perspectiva quanto ao futuro, visto que aqueles que perderam as suas casas tiveram aluguel pago por algum tempo e hoje se encontram desamparados, morando de favor ou em litígio permanente com os seus senhorios, por falta de pagamento dos aluguéis.

Os moradores não pagam prestação mensal por essas casas, nem lhes é cobrado pagamento pela CONDER.

2 - AREAL DE SÃO JOÃO

A impressão mais geral que se tem desta etapa do Programa Ribeira Azul é a de um projeto de urbanização inacabado. Mesmo na via principal, chamada Via Cênica, observa-se a existência de diversos casebres de madeirite. Este fato pode ser atribuído a uma possível forma de resistência dos moradores à proposta da CONDER, qual seja a de recebimento, em troca, de um lote padrão, menor do que aquele que ocupam, com uma casa tipo embrião. Fica difícil para muitos deles arcar com o pagamento de prestações deste projeto e ainda restar recursos para ampliar a casa para atender às necessidades e tamanho da família.

Uma outra evidência da inconclusão do projeto refere-se ao fato de que, em alguns trechos, áreas bem próximas à Via Cênica encontram-se sem arruamento definido, pavimentado e com drenagem, havendo reclamação dos moradores sobre a ocorrência de alagamentos em dias de chuva. A própria Via Cênica já se apresenta bastante danificada e, em certo trecho, totalmente interrompida, dando lugar a um riacho que se formou a partir de uma rua transversal e que corre em direção ao mar, pelo extravasamento de água antes canalizada proveniente do Parque de São Bartolomeu.

O padrão construtivo das casas nesta área é precário. Portas e janelas são de péssima qualidade e o reboco nas áreas de contorno destas apresenta frequentes rachaduras ou já se deteriorou. Internamente as casas não foram rebocadas ou pintadas e possuem apenas uma divisória interna que demarca a área do banheiro. Existe uma pequena área para ampliação lateral e outra um pouco maior aos fundos. Entretanto, passados mais de cinco anos do recebimento destas novas unidades, verifica-se ainda pouca mudança em relação à feição original do projeto. Ou seja, poucos foram os moradores que obtiveram condições de efetuar melhorias significativas nas habitações recebidas.

3 – BOIADEIRO

O partido urbanístico adotado nesta área apresenta-se de duas formas distintas: uma parte é constituída por casas tipo embrião, com pequenas áreas para ampliação, cujas características e padrão de qualidade não diferem muito das que foram descritas no Areal; a outra, é constituída majoritariamente por casas geminadas de dois pavimentos e por outra tipologia esteticamente estranha, constituída por uma casa térrea tipo embrião e, sobre esta, uma outra unidade habitacional de dois pavimentos. As casas são dispostas em grupo, de modo a terem fundos de quintal comum, onde não é possível ampliações. Estas só são possíveis, em pequena medida, na área frontal. Entretanto, como o conjunto foi entregue há pouco tempo, não foram observadas modificações marcantes. Existem, ainda, casas que não foram entregues e, mesmo assim, apresentam portas empenadas, denotando que, com o passar do tempo, não houve melhorias no padrão construtivo,

ou seja, não se tem buscado aprender com o próprio erro e proporcionar mais dignidade de vida a essas pessoas.

Há que se chamar a atenção para aspectos do projeto interno dessas casas de dois pavimentos: a) a escada de acesso ao pavimento superior é em madeira de péssima qualidade, sem proteção de corrimão; b) a laje superior desemboca na escada, sem qualquer parede de proteção, apresentando enorme perigo para as crianças; c) os dois cômodos superiores não possuem janelas e, no lugar desta, combongois; d) para minorar os problemas de ventilação, foram também deixados espaços abertos entre o final da parede e o telhado, o que além de impossibilitar o controle da ventilação em dias mais frios, torna a casa vulnerável à entrada de “estranhos”; e) o pé direito do andar superior, na altura das paredes frontal e do fundo é extremamente baixo; f) além do problema de ventilação, há também problema de iluminação no pavimento superior, sendo necessário o uso de iluminação artificial durante o dia para efetuar, por exemplo, uma leitura ou uma costura; g) o mais incrível é que o tanque de água está localizado no interior do quarto do fundo, competindo com o espaço do mobiliário da casa.

4 – JARDIM PRIMAVERA

O partido urbanístico adotado nesta área é o mesmo das casas geminadas de dois pavimentos do Boiadeiro, apresentando, portanto os mesmos problemas descritos acima. A área tem mais de um ano de ocupada, observando-se, externamente, algumas intervenções dos moradores no sentido de minorar os problemas de projeto. Em várias delas, foram abertos os combongois dos quartos e improvisadas pequenas janelas. Muitos preencheram com tijolos os espaços deixados entre as paredes laterais e o telhado, para possibilitar maior segurança à casa. Uma outra modificação que já apresenta certa frequência é a ampliação frontal, seja para fazer uma espécie de varanda gradeada, seja, em menor proporção, para ampliar os cômodos frontais, com modificação de fachada.

Do ponto de vista urbanístico, a área apresenta feição melhor do que as demais, com vias pavimentadas e de largura satisfatória, embora a parte que confronta com a Avenida Suburbana esteja necessitando de um melhor tratamento. Há uma ausência total de árvores e, como área de lazer, apenas um campo de futebol.

Um outro problema identificado neste Conjunto, diz respeito à existência de um rego em frente às portas de acesso das casas, por onde escoar a água servida das lavanderias. Segundo o depoimento de moradores, este rego tem causado frequentes quedas em crianças pequenas, tendo sido indicada a necessidade de cobertura dos mesmos.

5 – JOANES CENTRO-OESTE

Este projeto tem cerca de sete anos de executado e é parte do Programa Vier Melhor. A situação encontrada na visita é a pior entre todas. As casas, tipo embrião, são de dimensões diminutas (12 m²), frágeis, praticamente sem condições de ampliação e também de higiene, visto que o vão do banheiro sequer possui porta. Tudo quase se mistura num único e pequeno espaço. Em frente a cada uma das casas existe, visível, um cano que lança os dejetos e água servida na maré. Quando em tempo de maré muito alta, por este mesmo cano a água reflui para dentro das casas. A insatisfação dos moradores é evidente.

Em frente às casas, entre estas e a maré, há uma via de circulação de pedestres que se encontra deteriorada em vários trechos pela ação da maré, uma vez que não foi efetuada a devida contenção desta via.

Para os moradores, este é ainda um projeto inacabado, pois existem famílias que foram trazidas da maré e colocadas em casa de madeira a título provisório e outras tantas famílias que foram colocadas em casas de aluguel e para as quais, ainda hoje não há qualquer solução.

Outra situação que chama a atenção é o fato de que, até hoje, não há iluminação pública nesta área e os postes que foram colocados são de ferro, material este condenado pela COELBA.

6 – ALAGADOS III

O projeto ainda está em andamento. Apenas 8 casas foram construídas e recentemente entregues à população. As casas são geminadas e de dois pavimentos. No andar inferior há uma sala cozinha e banheiro e, no andar superior, um único vão com duas janelas, o que dá a possibilidade de subdivisão. Existe a possibilidade também de ampliação em área existente no fundo. Os moradores demonstraram estar satisfeitos com a casa até o momento.

Quanto ao aspecto urbano da área, nada ainda pode ser observado, face ao estágio ainda insipiente das obras. Chama a atenção, entretanto, o fato de que, por não serem murados os lotes de cada morador, este já começa a demarcar o seu espaço utilizando-se de sucatas de madeira e pedaços de plástico, conferindo aspecto de degradação à área.

ANEXO D - Relatório da visita realizada em 21/09/2004 às obras de Alagados V - Subcomissão de habitação da CAMMPI.

No dia 21 de setembro de 2004, a subcomissão de habitação da CAMMPI retornou às obras de Alagados V para mais uma visita. Destacamos que a nossa última visita a esta obra se deu em outubro de 2003, quando realizamos uma pesquisa junto aos moradores de 60 das 110 unidades àquela época entregues sobre o nível de satisfação destes em relação à nova moradia. Portanto, o nosso retorno se deu cerca de onze meses após a última visita.

Neste período, apenas mais 41 casas foram entregues e 24 se encontravam em construção, totalizando 65 casas. Estes dados denotam a morosidade com que vem sendo desenvolvido o Projeto Alagados IV e V (1ª etapa), com paralisações frequentes, sendo que a maior delas durou quatro meses. Ressalta-se que o prazo de execução deste Projeto já se encontra vencido e sua meta seria a construção de 370 unidades residenciais. Assim sendo, menos de metade da meta (170 unidades) foi cumprida até o momento. As razões de tal fato são evasivamente atribuídas pela CONDER à falta de recursos, sem que se tenha real domínio dos fatores que levaram a isto, uma vez que, em tese, quando uma obra pública se inicia é porque os recursos para tanto foram garantidos por alguma fonte financiadora.

Nesta visita, verificamos que, ao retomar as obras, a Construtora NM passou a fabricar os blocos utilizados na construção das casas no próprio local, pela utilização de maquinário próprio e mistura de solo-cimento. Os blocos têm espessura reduzida em relação ao convencional e, em decorrência disto constatamos que a tubulação de água servida da pia da cozinha de um vilage teria que ser atada à mesma tubulação do vilage contíguo para caber no espaço correspondente à largura do tijolo. Com isto, qualquer dano causado à tubulação em um vilage, implicada em dano no vilage contíguo.

O problema mais evidentemente observado na visita refere-se a uma grande incidência de unidades residenciais cujos moradores tiveram que adaptar pedaços de plástico forrando externamente parte da janela para evitar que a água de chuva penetre para o interior das casas, danificando os seus parques pertences. Este problema foi observado com maior frequência nas casas posicionadas de frente para a direção do mar, mesmo naquelas em posição mais recuada em relação a este. **O aspecto estético é péssimo e não condiz com o volume de recursos públicos aplicados para supostamente dar uma condição de vida melhor às pessoas.** As causas do problema podem ser atribuídas a um conjunto de fatores como: beiral do telhado estreito em relação a altura da casa, ausência de calha no beiral do telhado, péssima qualidade das janelas, entre outros. Este fato vem, inclusive, corroborar dados coletados na pesquisa que realizamos sobre o nível de satisfação dos

moradores de Alagados V quanto à nova moradia, quando ficou evidenciado que 72% das unidades habitacionais apresentavam problemas em dias de chuva. Nada foi feito no período para minorar este problema, apesar de termos reiteradas vezes levado ao conhecimento da CONDER e da Caixa Econômica Federal/GIDUR.

A péssima qualidade das portas e janelas é um outro fato que nos vem chamando à atenção em todas as visitas já realizadas a esta obra. Desta feita, decorrido apenas um ano da entrega das casas, várias janelas e portas se encontravam danificadas, corroídas, como já tivessem muitos anos de uso, emprestando ao conjunto aspecto de degradação precoce.

Quanto às modificações efetuadas pelos moradores em suas habitações, a mais freqüente é a ampliação frontal, em geral, para fazer uma espécie de varanda gradeada e coberta, dando maior proteção e privacidade ao morador ao tempo em que cria espaço para lazer das crianças e amplia a área social da casa. Algumas outras modificações foram observadas em bem menor escala como: a incorporação do sanitário ao corpo da casa, ampliação da cozinha, colocação de laje sobre o banheiro para, no futuro, erguerem um outro cômodo, etc.

Por fim, um outro fato observado na visita em relação aos vilages Padrão A refere-se à localização da principal porta de acesso, que fica em posição frontal e muito próxima ao vilage contíguo, tirando totalmente a privacidade do morador.

Espera-se que estes problemas venham a ser corrigidos na próxima etapa do Projeto Alagado IV e V, e minimizados ainda em relação às obras em curso, dando concretude à apregoada participação dos moradores no Programa Ribeira Azul.

ANEXO E – Convite ao Fórum do Desenvolvimento Local de Itapagipe – 2009.**Convite**

O Encontro Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe é um evento que se insere na estratégia de desenvolvimento local instalada nesse Território a partir de 1998, buscando envolver os diversos segmentos ali atuantes.

O evento, portanto, é uma iniciativa de organizações comunitárias locais, reunidas na Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, de instituições governamentais e privadas com inserção em Itapagipe, que compõem o NAI – Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe e de representação dos empresários locais.

Nessa sua décima edição, será trazido ao Encontro Anual do Fórum os resultados dos Encontros Temáticos Pré-Fórum, realizados no período de setembro a outubro do corrente ano, com indicativos de prioridades de ação para cada área, com base no Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe.

Junte-se a nós por um futuro melhor para Itapagipe e itapagipanos.

Programação

03 de dezembro de 2009

Colégio São José

17:30 - Inscrição

18:00 - Apresentação do Plano Local de Cultura

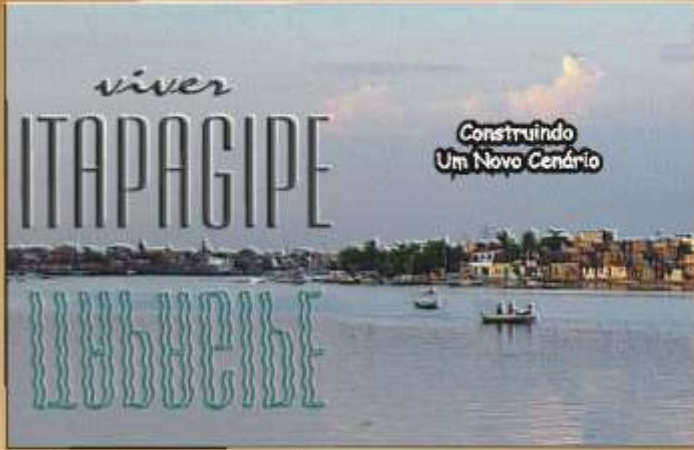
18:30 - Apresentação das conclusões dos Pré-Fóruns de Desenvolvimento de Itapagipe

**19:00 - Mesa institucional
tema: Perspectiva para o Desenvolvimento da Península de Itapagipe**

**20:00 - Lançamento do livro
A Península de Itapagipe em Quadrinho autores:
Cecy Ramos Coste Bahia(texto)
Antônio Cedraz (ilustração)**

ANEXO F – VII Encontro Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe.

Fonte: CAMMPI - 2006.



Realização



CAMMPI
Comitê de Articulação e Mobilização
das Maradonas da Península de Itapagipe



NMI
Núcleo de Articulação
Institucional do Itapagipe

www.cammpi.org.br
 Informações: tel.: 3312-7903
 e-mail: secretaria@cammpi.org.br

Apoio








O VIIº Encontro Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe é, especialmente, um marco importante no processo de desenvolvimento local instalado neste território desde 1998. Em 2006 estaremos concluindo o processo de revisão do Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe que, até o final do ano passado orientou as ações nesta área.

Significa dizer que estaremos confrontando e discutindo, neste Encontro, um novo cenário para o desenvolvimento de Itapagipe, ou seja, que futuro imaginamos, desejamos e queremos contribuir para esta localidade nos próximos dez anos.

Por isto é tão importante que toda a comunidade, os empresários locais e os representantes de instituições que atuam nesta região participem deste evento e contribuam com as suas ideias e opiniões.

Afinal Você faz parte de Itapagipe!

Programação

Dia 30/11/2006 17h00 - Credenciamento 18h30 - Abertura 19h00 - Relatório das ações dos 5 anos 19h30 - Apresentação da Proposta de Cenário 20h30 - confraternização/ Apresentação cultural	Dia 01/12/2006 06h00 - Apresentação da dinâmica de Trabalho da manhã 06h30 - Trabalho por grupos temáticos 11h00 - Plenária de Resultados dos grupos 12h30 - Encerramento
---	--



Local: Clube das Oficiais da Polícia Militar
Avenida Dendzeiros

**VIIº Encontro Anual
Fórum de Desenvolvimento da Península de Itapagipe**

ANEXO G – 13ª Reunião do Fórum de desenvolvimento de Itapagipe.

Data: 10/12/2012

Local: Espaço Cultural Alagados – Fim de Linha do Bairro do Uruguai

Programação:

15: 00 Abertura de boas vindas

15:15 A Trajetória da Campanha “Se a Copa é Boa Eu Também Quero”

Rede CAMMPI

16:00 **Mesa 1:** A Copa do Mundo e o Estímulo às Práticas Esportivas: nas comunidades, nas escolas públicas, no esporte amador.

Participação: SUDESB, Sec. Estadual de Educação, CMDCA, ABEAC.

18:00 Lanche de confraternização

18:30 **Mesa 2:** A Copa do Mundo e as Possibilidades de Negócio: para o turismo de base comunitária e para as redes de economia solidária.

Participação: SECOPA, SESOL, Francisca de Paula, Representantes das Redes de Alimentação, Reciclagem e Confecção.

21:00 Encerramento

ANEXO H - 11º Fórum de desenvolvimento de Itapagipe

11º FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DE ITAPAGIPE

A Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, rede de organizações sociais que vem, desde 1998, liderando um processo que visa o desenvolvimento local, realiza, anualmente, o Encontro do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, aberto a participação dos moradores da Península, dos parceiros e dos segmentos atuantes no local.

Neste ano, o 11º Encontro Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, terá como tema central de discussão «A Copa e a Cidade», questão que vem instigando toda a população ao debate, pelo leque de oportunidades que irá trazer.

O evento acontecerá no dia 09 de dezembro, no auditório do Sesi – Caminho de Areia, às 16h.

Realização:



COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS
MORADORES DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

PROGRAMAÇÃO

16h – Projeção do filme Mulheres del Mundo

16h30 – Painele: A Copa e a Cidade

Participantes: - Representante da SECOPA

- Representante do Comitê Gestor da Copa em Salvador
- Representante da Rede CAMMPI

- Debatedora

18h – Debate com a plenária

19h – Cerimônia de Encerramento

19h30 – Apresentação Cultural e Coquetel



COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS
MORADORES DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE